



RELATÓRIO

Assunto: BALANÇO GERAL DO ESTADO - Exercício 2015

O presente relatório demonstra os resultados alcançados pelo Estado do Amazonas, no exercício de 2015, consolidando as administrações direta e indireta através do BALANÇO GERAL DO ESTADO - BGE, o qual compõe a prestação de contas do Excelentíssimo Governador do Estado do Amazonas, José Melo, à Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas.

Elaborado em cumprimento aos preceitos constitucionais e legais, visando dar transparência às contas públicas, o BGE atende, entre outras, às seguintes normas: Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP; Manual de Contabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional 6– STN e Lei Federal 4.320/64. Em cumprimento à Constituição Estadual, Art. 54, inciso XVIII, deverá ser encaminhado à Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas no prazo regulamentar.

1 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

A execução orçamentária do Estado foi amparada na Lei nº 4.064, de 29 de julho de 2014, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias – LDO¹, para o exercício de 2015, e na Lei nº 4.109, de 22 de dezembro de 2014 e Anexos, Lei Orçamentária Anual – LOA², que estimou as receitas e fixou as despesas do Estado em R\$ 15,458 bilhões, sendo R\$ 11,371 bilhões do orçamento fiscal e R\$ 4,087 bilhões da seguridade social, que somados aos investimentos das empresas do Estado com R\$ 234 milhões, totalizam R\$ 15,692 bilhões.

1

¹Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) – É uma lei de iniciativa do Poder Executivo que estabelece as metas e prioridades da administração pública, as projeções de receitas e despesas, os critérios para a distribuição setorial e regional dos recursos para os Órgãos dos Poderes do Estado e Municípios; as diretrizes relativas à política de pessoal; as orientações para a elaboração de LOA; os ajustamentos do plano plurianual decorrentes de uma reavaliação da realidade econômica e social do Estado e Municípios; as disposições sobre as alterações na legislação tributária; as políticas de aplicação das agências financeiras de desenvolvimento oficiais, apresentando o plano de prioridades das aplicações financeiras, destacando os projetos de maior relevância social (Constituição Estadual, art. 157, §2º).

² Lei Orçamentária Anual (LOA) – Lei que estima a receita e fixa a despesa para um determinado exercício.



1.1 Receitas Orçamentárias e Intraorçamentárias

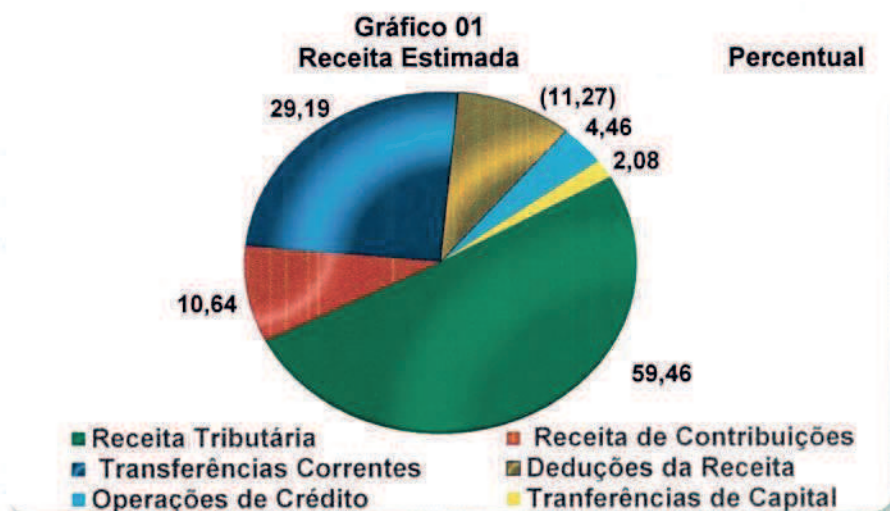
A receita do Estado do Amazonas estimada para o exercício de 2015, considerando as orçamentárias e intraorçamentárias foi de R\$ 15,458 bilhões, já incluindo as deduções para o FUNDEB com R\$ 1,741 bilhão. Destacam-se as participações das fontes de Receita Tributária, com percentual de 59,46% e Transferências Correntes, com 29,19%, conforme demonstramos na tabela 01.

Tabela 01
Receita Estimada

CATEGORIA ECONÔMICA / ORIGEM	RECEITA ESTIMADA	R\$ Mil PART. %
RECEITAS CORRENTES	15.761.445	101,97
Receita Tributária	9.190.670	59,46
Receita de Contribuições	1.645.350	10,64
Receita Patrimonial	125.485	0,81
Receita Industrial	2.500	0,02
Receita de Serviços	163.515	1,06
Transferências Correntes	4.512.530	29,19
Outras Receitas Correntes	121.395	0,79
RECEITAS DE CAPITAL	1.054.298	6,82
Operações de Crédito	689.388	4,46
Alienação de Bens	1.250	0,01
Amortização de Empréstimos	150	0,00
Transferências de Capital	320.810	2,08
Outras Receitas de Capital	42.700	0,28
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIA	383.671	2,48
Receita de Contribuições	338.500	2,20
Receita Patrimonial	4.571	0,03
Receita Industrial	12.600	0,08
Outras Receitas Correntes	28.000	0,18
DEDUÇÕES DAS RECEITAS	(1.741.390)	(11,27)
TOTAL	15.458.024	100,00

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

No gráfico 01 apresentamos as cinco principais receitas e a dedução para o FUNDEB.



1.2 Despesas Orçamentárias e Intraorçamentárias

Em conformidade com o Art. 3º da Lei nº 4.109, de 22 de dezembro de 2014 – LOA, as despesas para o exercício de 2015 foram fixadas no valor de R\$ 15,458 bilhões, distribuídas por categorias econômicas, consolidando os Órgãos dos Poderes Executivo, incluindo a Defensoria Pública, Legislativo, Judiciário e Ministério Público. Destacamos a despesa intraorçamentária, modalidade 91 com R\$ 338 milhões em Pessoal e Encargos Sociais e R\$ 45 milhões em Outras Despesas Correntes, conforme apresentamos na tabela 02 e gráfico 02.

Tabela 02
Despesa Fixada

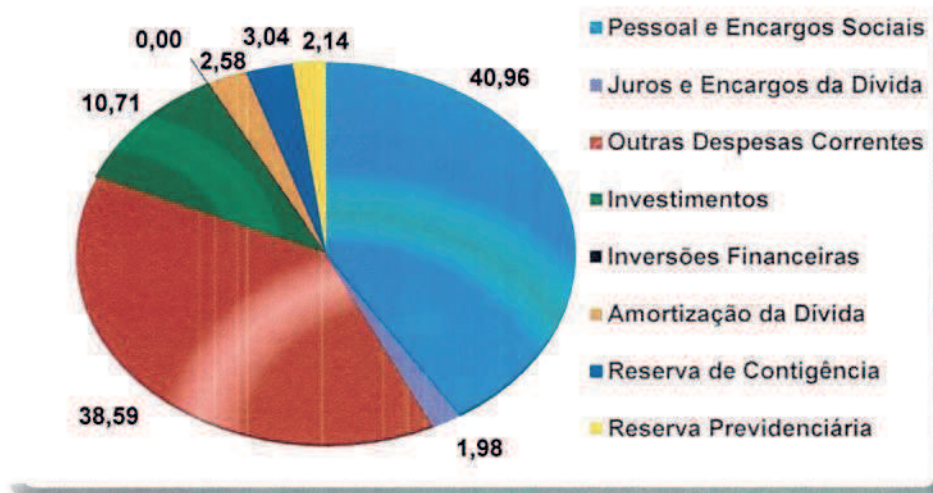
CATEGORIA ECONÔMICA / GRUPO	DESPEZA FIXADA	PART. %
DESPESAS CORRENTES	12.603.092	81,53
Pessoal e Encargos Sociais	6.331.708	40,96
d/q modalidade 91	338.500	2,19
Juros e Encargos da Dívida	306.807	1,98
Outras Despesas Correntes	5.964.577	38,59
d/q modalidade 91	45.171	0,29
DESPESAS DE CAPITAL	2.054.292	13,29
Investimentos	1.655.022	10,71
Inversões Financeiras	6	0,00
Amortização da Dívida	399.264	2,58
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	469.229	3,04
RESERVA PREVIDENCIÁRIA	331.411	2,14
TOTAL	15.458.024	100,00

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI



Gráfico 02
Despesa Fixada

Percentual



Nota: Considerando as Despesas na Modalidade 91

1.3 Alterações Orçamentárias

No exercício financeiro de 2015 o governo realizou alterações no orçamento inicial, que representaram 6,31%, conforme demonstramos na tabela 03 a seguir.

Tabela 03
Créditos Iniciais e Adicionais

DESCRIÇÃO	VALOR	R\$ Mil
1. ORÇAMENTO INICIAL		15.458.024
2. CRÉDITOS ADICIONAIS		7.492.056
2.1 Suplementares		6.919.667
2.2 Especiais		572.390
3. CRÉDITOS ANULADOS		6.517.377
3.1 Orçamentários e Suplementares		6.517.377
4. ORÇAMENTO AUTORIZADO (1+2-3)		16.432.703
ACRÉSCIMO EM RELAÇÃO AO INICIAL (%)		6,31

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

Na tabela 04 demonstramos as alterações orçamentárias por grupo de despesa evidenciando a variação entre o orçado inicial e o autorizado final, destacamos o grupo Inversões Financeiras com variação de 873.000,00 % em relação ao crédito inicial, face a abertura de crédito para aumento de capital para as empresas públicas dependentes.



Tabela 04
Demonstrativo de Alterações Orçamentárias por Grupo de Despesa R\$ Mil

GRUPO DE DESPESA	CRÉDITO INICIAL	SUPLEMEN- TAÇÕES	ANULAÇÕES	CRÉDITO AUTORIZADO	VAR. %
1. Pessoal e Encargos	6.331.708	1.267.181	1.041.506	6.557.383	3,56
2. Juros e Encargos da Dívida	306.807	43.074	23.088	326.793	6,51
3. Outras Despesas Correntes	5.964.577	4.128.305	3.151.250	6.941.632	16,38
4. Investimentos	1.655.022	1.965.828	1.787.598	1.833.252	10,77
5. Inversões Financeiras	6	52.679	257	52.428	873.000,00
6. Amortização da Dívida	399.264	29.991	39.933	389.322	(2,49)
9. Reserva de Contingência	800.640	5.000	473.746	331.894	(58,55)
d/q Reserva Previdenciária	331.411	-	293	329.403	(0,61)
TOTAL	15.458.024	7.492.056	6.517.377	16.432.703	6,31

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

2 GESTÃO DA RECEITA

2.1 Receitas Orçamentárias e Intraorçamentárias

As receitas são representadas pelos recursos que ingressaram nos cofres públicos pela SEFAZ de forma centralizada e pelos Órgãos, Fundos, Fundações, Autarquias e Empresas dependentes do Governo do Estado. A receita arrecadada no exercício foi de R\$ 14,252 bilhões que, comparada a receita estimada de R\$ 15,458 bilhões, conforme a LOA, apresenta um déficit nominal de 7,80% ou R\$ 1,206 bilhão já considerando as deduções da receita para o FUNDEB de R\$ 1,591 bilhão, que representa 11,16% do total da receita arrecadada. As receitas com maior variação negativa foram a Tributária com R\$ 996 milhões, as Operações de Crédito com R\$ 483 milhões e as Transferências de Capital com R\$ 189 milhões, sendo a primeira a principal receita para operacionalização da máquina administrativa e as duas últimas as que fazem frentes aos principais investimentos do Estado, este cenário é o reflexo da crise econômica do País.

Destacamos as Receitas Intraorçamentárias que foi na ordem de R\$ 444 milhões, em atendimento a Portaria Interministerial STN/SOF nº 338, de 26 de abril de 2006, a fim de eliminar a dupla contagem no levantamento dos balanços e demais demonstrações contábeis. Na tabela 05 e gráfico 03 demonstramos a execução da receita por categoria econômica.



Tabela 05
Execução da Receita por Categoria

R\$ Mil

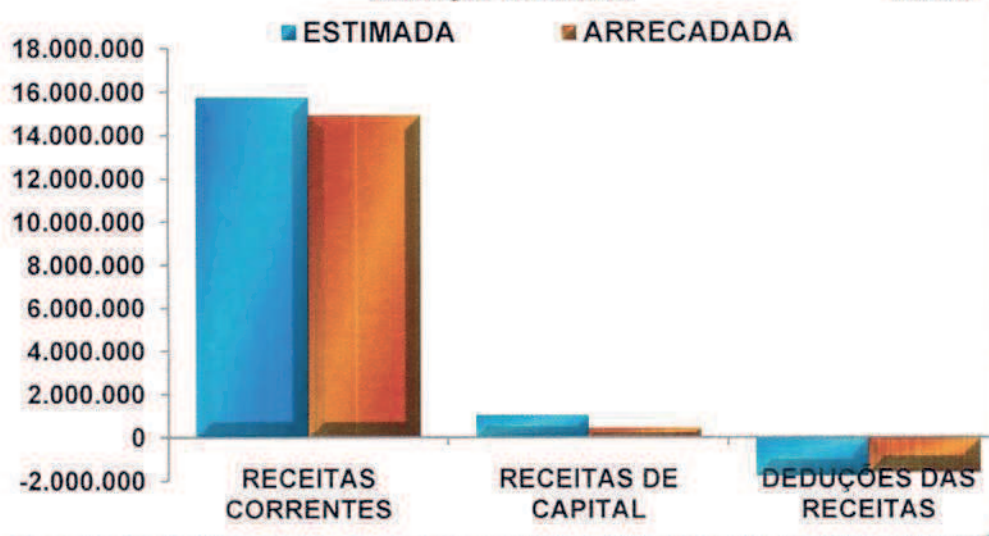
CATEGORIA ECONÔMICA / ORIGEM	RECEITA			%	
	ESTIMADA	ARRECADADA	VARIAÇÃO	REAL.	PART.
RECEITAS CORRENTES	15.761.445	14.952.471	(808.974)	(5,13)	104,92
Tributária	9.190.670	8.195.048	(995.622)	(10,83)	57,50
De Contribuições	1.645.350	1.561.200	(84.150)	(5,11)	10,95
Patrimonial	125.485	289.104	163.619	130,39	2,03
Industrial	2.500	2.490	(10)	(0,38)	0,02
De Serviços	163.515	200.802	37.287	22,80	1,41
Transferências Correntes	4.512.530	4.424.454	(88.076)	(1,95)	31,04
Outras Receitas Correntes	121.395	279.372	157.977	130,13	1,96
RECEITAS DE CAPITAL	1.054.298	446.322	(607.976)	(57,67)	3,13
Operações de Crédito	689.388	206.513	(482.875)	(70,04)	1,45
Alienações de Bens	1.250	198	(1.052)	(84,20)	0,00
Amortização de Empréstimos	150	103	(47)	(31,49)	0,00
Transferência de Capital	320.810	132.166	(188.644)	(58,80)	0,93
Outras Receitas de Capital	42.700	107.343	64.643	151,39	0,75
REC. INTRAORÇAMENTÁRIAS	383.671	443.858	60.187	15,69	3,11
De Contribuições	338.500	407.058	68.558	20,25	2,86
Patrimonial	4.571	3.616	(955)	(20,89)	0,03
Industrial	12.600	9.417	(3.183)	(25,26)	0,07
Outras Receitas Correntes	28.000	23.766	(4.234)	(15,12)	0,16
DEDUÇÕES DAS RECEITAS	(1.741.390)	(1.590.690)	150.700	(8,65)	(11,16)
TOTAL	15.458.024	14.251.961	(1.206.063)	(7,80)	100,00

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

Nota: Considerando as Receitas Intraorçamentárias.

Gráfico 03
Execução da Receita

R\$ Mil





A classificação orçamentária por fontes de recursos tem como objetivo identificar a origem de financiamento dos gastos públicos e seu gerenciamento. Na tabela 06 apresentamos a receita por fonte de recurso, comparando a receita estimada com a arrecadada e seus percentuais de realização e participação.

Tabela 06
Execução da Receita por Fonte de Recurso

R\$ Mil

FONTE	FONTE DE RECURSO	RECEITA			PERCENTUAL %	
		ESTIMADA	ARRECADADO	DIFERENÇA	REAL.	PART.
100	Recursos Ordinários	8.015.728	7.478.666	(537.062)	(6,70)	52,47
115	Alienação de Bens	1.250	385	(865)	(69,17)	0,01
116	Contrib. P/ o Desenv. do Ensino Superior	280.000	280.180	180	0,06	1,97
117	Contrib. p/ Infraest. Básica, Econ. e Social	108.000	88.270	(19.730)	(18,27)	0,62
121	Fundo Part. dos Est. Dist. Federal - FPE	1.744.000	1.705.093	(38.907)	(2,23)	11,96
127	Contribuição do Salário-Educação	58.000	64.209	6.209	10,70	0,45
130	Contrib. de Interv. do Domínio Econômico	10	7.594	7.584	75.840,09	0,05
140	Inden./Utiliz. Rec. Hid. Expl. Rec. Minerais	180.550	114.864	(65.686)	(36,38)	0,81
145	Recursos do Royalties sobre o Petróleo	133.000	103.759	(29.241)	(21,99)	0,73
146	Recursos do FUNDEB	1.381.000	1.359.449	(21.551)	(1,56)	9,54
150	Outras Transf. de Recursos Federais	28.110	48.382	20.272	72,12	0,34
155	Recursos de Transf. Financeira LC 87/96	11.792	11.792	0	0,00	0,08
160	Recursos do FTI	883.000	823.272	(59.728)	(6,76)	5,78
170	Recursos do FMPES	91.000	81.656	(9.344)	(10,27)	0,57
201	Recursos Diretamente Arrecadados	216.245	265.246	49.001	22,66	1,86
210	Acordos - Pepsi-Cola	1.000	5.293	4.293	429,33	0,04
211	Acordos - Recofarma	1.000	9.006	8.006	800,63	0,06
212	Acordos - Visteon	0	53	53	0,00	0,00
213	Acordos - Manaus Refrigerante	0	3	3	0,00	0,00
220	Transf. p/ Invest. Desenv. Soc.I - AMBEV	1.000	10.667	9.667	966,74	0,07
230	Recursos do Sist. Único de Saúde - SUS	477.720	549.410	71.690	15,01	3,85
240	Transferências do FNAS	2.100	3.201	1.101	52,43	0,02
250	Transferências do FNDE	109.000	53.581	(55.419)	(50,84)	0,38
261	Fundo Financeiro - RPPS	378.700	460.676	81.976	21,65	3,23
262	Fundo Previdenciário - RPPS	338.221	354.666	16.445	4,86	2,49
271	Operações de Crédito Internas	427.388	36.128	(391.260)	(91,55)	0,25
275	Operações de Crédito Externas	262.000	170.385	(91.615)	(34,97)	1,20
280	Convênios	264.605	102.895	(161.710)	(61,11)	0,72
285	Outras Fontes	62.540	60.638	(1.902)	(3,04)	0,43
295	Transferências de Entid. Internacionais	15	14	(1)	(9,00)	0,00
296	Doações a Pessoas / Inst. Priv. Nacionais	1.050	980	(70)	(6,62)	0,01
297	Doação p/ Prog. Social Desenv. Humano	0	1.546	1.546	0,00	0,01
TOTAL		15.458.024	14.251.961	(1.206.063)	(7,80)	100,00

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

Nota: Considerando as Receitas Intraorçamentárias e a dedução do FUNDEB.



No relatório de Evolução da Receita, em anexo, demonstramos a arrecadação mensal de 2015, por natureza da receita.

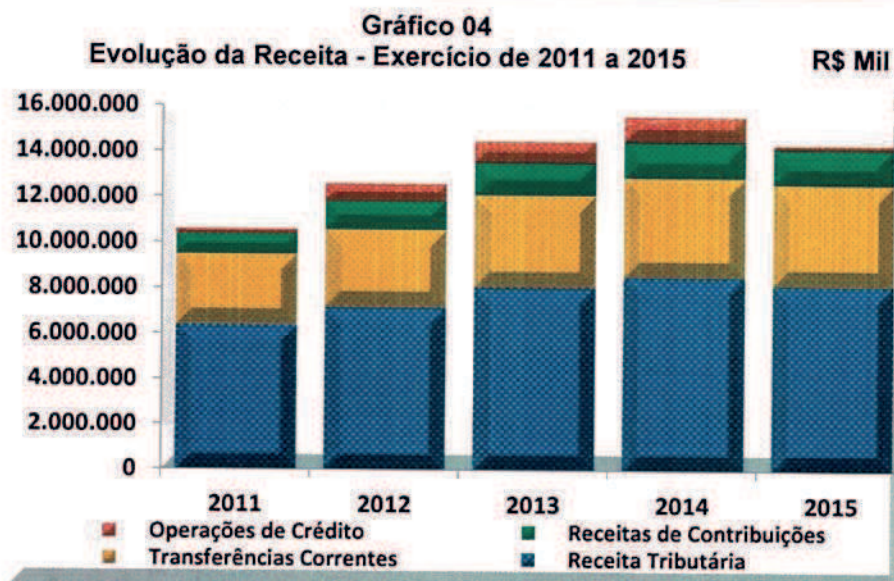
Na tabela 07, apresentamos a evolução das receitas realizadas, no período de 2011 a 2015, em valores correntes, em que o total arrecadado de 2015 apresentou uma variação nominal positiva de 34,40% ante 2011, e uma variação negativa de 8,32% em relação a 2014, considerando as receitas Intraorçamentárias e a dedução do FUNDEB. No gráfico 04 apresentamos a evolução das principais receitas.

Tabela 07
Evolução da Receita – 2011 a 2015

CATEGORIA ECONÔMICA /ORIGEM	EXERCÍCIO					R\$ Mil	
	2011	2012	2013	2014	2015	2015/ 2011	2015/ 2014
RECEITAS CORRENTES	11.413.660	13.077.244	14.170.239	15.096.529	14.952.471	31,01	(0,95)
Receita Tributária	6.405.569	7.178.538	8.082.887	8.555.229	8.195.048	27,94	(4,21)
Receita de Contribuições	904.977	1.267.815	1.445.580	1.610.289	1.561.200	72,51	(3,05)
Receita Patrimonial	114.316	247.596	248.103	284.900	289.104	152,90	1,48
Receita Industrial	13.166	4.812	2.159	2.199	2.490	(81,08)	13,25
Receita de Serviços	476.069	522.749	154.365	172.348	200.802	(57,82)	16,51
Transferências Correntes	3.098.768	3.399.163	4.018.167	4.319.709	4.424.454	42,78	2,42
Outras Receitas Correntes	400.796	456.571	218.978	151.856	279.372	(30,30)	83,97
RECEITAS DE CAPITAL	447.276	976.750	1.548.083	1.674.796	446.322	(0,21)	(73,35)
Operações de Crédito	211.819	772.175	962.017	1.130.416	206.513	(2,50)	(81,73)
Alienação de Bens	1.787	20.103	225	1.715	198	(88,95)	(88,48)
Amortiz. de Empréstimos	385	374	103	175	103	(73,29)	(41,44)
Transferência de Capital	203.222	148.221	210.628	317.403	132.166	(34,96)	(58,36)
Outras Receitas de Capital	30.063	35.877	375.110	225.086	107.343	257,06	(52,31)
RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	-	285.294	346.096	390.588	443.858	0,00	13,64
De Contribuições	-	246.119	295.920	356.511	407.058	0,00	14,18
Patrimonial	-	2.166	1.714	1.530	3.616	0,00	136,41
Industrial	-	8.880	12.794	13.000	9.417	0,00	(27,56)
Outras Receitas Correntes	-	28.130	35.667	19.548	23.766	0,00	21,58
DEDUÇÕES DAS RECEITAS	(1.256.631)	(1.374.859)	(1.531.787)	(1.616.158)	(1.590.690)	26,58	(1,58)
TOTAL	10.604.306	12.964.429	14.532.631	15.545.755	14.251.961	34,40	(8,32)

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

Nota: Valores, não deduzidas as participações constitucionais e legais dos Municípios.



2.2 Receita Tributária

As receitas tributárias são provenientes de impostos e taxas arrecadadas. Na tabela 08 demonstramos as receitas tributárias que totalizaram R\$ 8,195 bilhões no exercício de 2015, apresentando um déficit nominal de R\$ 360 milhões em relação a 2014 ou 4,21%. Fica evidenciado que a fonte de maior participação no Estado é o ICMS com 90,00% do total (ante 2014) ao mesmo tempo em que apresenta o maior déficit nominal com R\$ 393 milhões.

A Secretaria de Estado da Fazenda vem desenvolvendo projetos voltados à modernização da administração tributária, na área de governo eletrônico, com vistas à obtenção de maior controle e incremento das receitas, à redução dos impactos da crise econômica e a garantia de uma prestação de serviços adequada à sociedade amazonense, dentre eles, citamos a implantação e consolidação da Nota Fiscal ao Consumidor NFC-e, com campanha da Nota Fiscal Amazonense cujo objetivo geral é tornar a exigência dos documentos fiscais eletrônicos um hábito por parte dos cidadãos, por meio de estímulo, na forma de premiações, aos consumidores e as entidades sociais credenciadas sem fins lucrativos, permitindo assim: Incentivar as empresas socialmente responsáveis, pelo destaque como participantes da campanha e pelo combate à concorrência desleal; Engajar a sociedade no apoio às entidades sociais sem fins lucrativos; E o aumento de aproximadamente 25% na emissão de documentos.



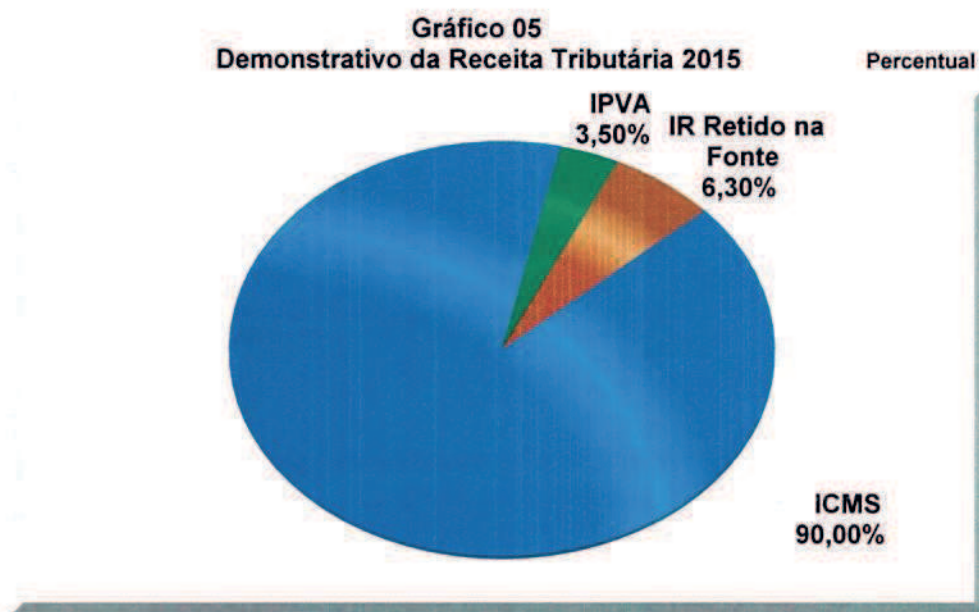
Tabela 08
Comparativo da Receita Tributária

FONTE	ARRECADADO		%	
	2014	2015	PART.	VARIAÇÃO
IMPOSTOS	8.543.429	8.187.708	99,91	(4,16)
IR Retido na Fonte	498.054	515.969	6,30	3,60
ICMS	7.769.057	7.375.601	90,00	(5,06)
IPVA	267.259	287.025	3,50	7,40
ITCMD	9.059	9.113	0,11	0,59
TAXAS	11.800	7.340	0,09	(37,80)
TOTAL	8.555.229	8.195.048	100,00	(4,21)

Fonte: AFI – Sistema de Administração Financeira

Nota: Valores brutos, não deduzido o FUNDEB e as participações dos Municípios.

No gráfico 05 apresentamos as Receitas Tributárias com as maiores participações.



Apresentamos, na tabela 09 e gráfico 06, a arrecadação do ICMS por setor econômico, sendo o setor industrial - Polo Industrial de Manaus – PIM, o de maior participação com R\$ 3,366 bilhões ou 45,64% do total, apresentado uma variação nominal negativa ante 2014 de 9,26%, ou R\$ 327 milhões. O baixo desempenho industrial, particularmente, influenciado pelos setores relacionados à redução na fabricação de bens de consumo duráveis (motos, equipamentos de informática, fornos de micro-ondas, telefones celulares, relógios e televisores).

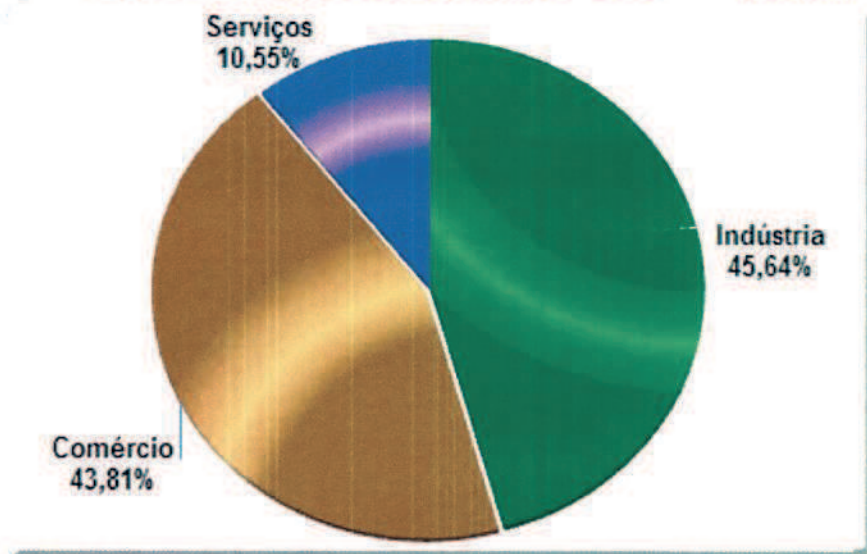


Tabela 09
Arrecadação do ICMS por Setor Econômico

SETOR ECONÔMICO	ARRECADADO		PART. %	VAR. %
	2014	2015		
Indústria	3.709.532	3.366.140	45,64	(9,26)
Comércio	3.287.703	3.231.117	43,81	(1,72)
Serviço	771.822	778.344	10,55	0,85
TOTAL	7.769.057	7.375.601	100,00	(5,06)

Fonte: Secretaria Executiva da Receita

Gráfico 06
Receita de ICMS por Setor Econômico – 2015



Demonstramos na tabela 10 e gráfico 07 a evolução das receitas tributárias, em valores correntes, no período de 2011 a 2015, que apresentou uma variação nominal positiva de 27,94% ante 2011 e negativa de 4,21% em relação a 2014.

A arrecadação do ICMS de 2015 apresentou um decréscimo nominal comparado a 2014 de R\$ 393 milhões representando 5,06% e um acréscimo nominal comprado a 2011 de R\$ 1,464 bilhão, representando 24,76%. Este resultado é devido ao baixo desempenho nos setores da indústria e do comércio em consequência da crise econômica no país.

Na arrecadação do IPVA de 2015, o acréscimo nominal comparado a 2014 foi de R\$ 20 milhões, o que evidencia uma variação nominal de 7,40%, e, em relação a 2011, o crescimento nominal foi de R\$ 106 milhões, representando uma variação de 58,50%. Este



resultado é o reflexo dos Autos de Infração de débitos de IPVA em atraso, no período de 2009 a 2012, que foram lavrados em 2014 e posteriormente encaminhado à Dívida Ativa, no caso de não pagamento do Auto de Infração, tal medida repercutiu em um aumento de arrecadação do IPVA em 2015.

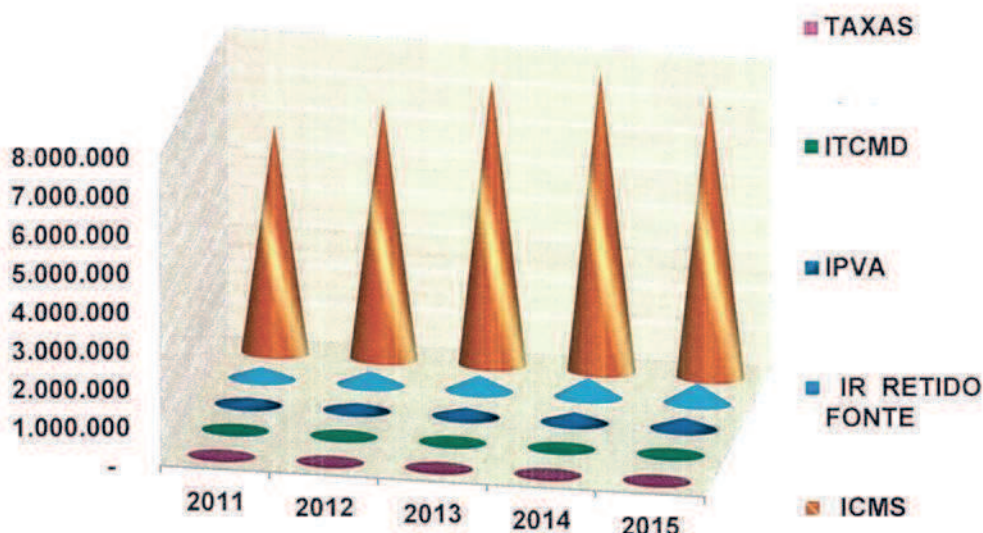
Tabela 10
Evolução da Receita Tributária – 2011 a 2015

FONTE	EXERCÍCIO					PART. %	VAR.%	
	2011	2012	2013	2014	2015		2015/ 2011	2015/ 2014
IMPOSTOS	6.402.990	7.174.957	8.078.862	8.543.429	8.187.708	99,91	27,87	(4,16)
IR RETIDO FONTE	305.842	353.481	412.830	498.054	515.969	6,30	68,70	3,60
ITCMD	4.087	5.343	6.761	9.059	9.113	0,11	122,97	0,59
IPVA	181.084	197.534	233.518	267.259	287.025	3,50	58,50	7,40
ICMS	5.911.977	6.618.599	7.425.754	7.769.057	7.375.601	90,00	24,76	(5,06)
TAXAS	2.578	3.580	4.025	11.800	7.340	0,09	184,70	(37,80)
TOTAL	6.405.568	7.178.538	8.082.887	8.555.229	8.195.048	100,00	27,94	(4,21)

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

Nota: Valores Brutos, não deduzido o FUNDEB e as participações constitucionais e legais dos Municípios.

Gráfico 07
Evolução da Receita Tributária - Exercício 2011 a 2015 R\$ Mil



Nos gráficos 08 e 09, apresentamos a evolução das duas principais receitas tributárias de competência do Estado, ICMS e IPVA arrecadadas no período de 2011 a 2015, em valores correntes.



Gráfico 08
Evolução da Receita de ICMS – Exercício 2011 a 2015 R\$ Mil

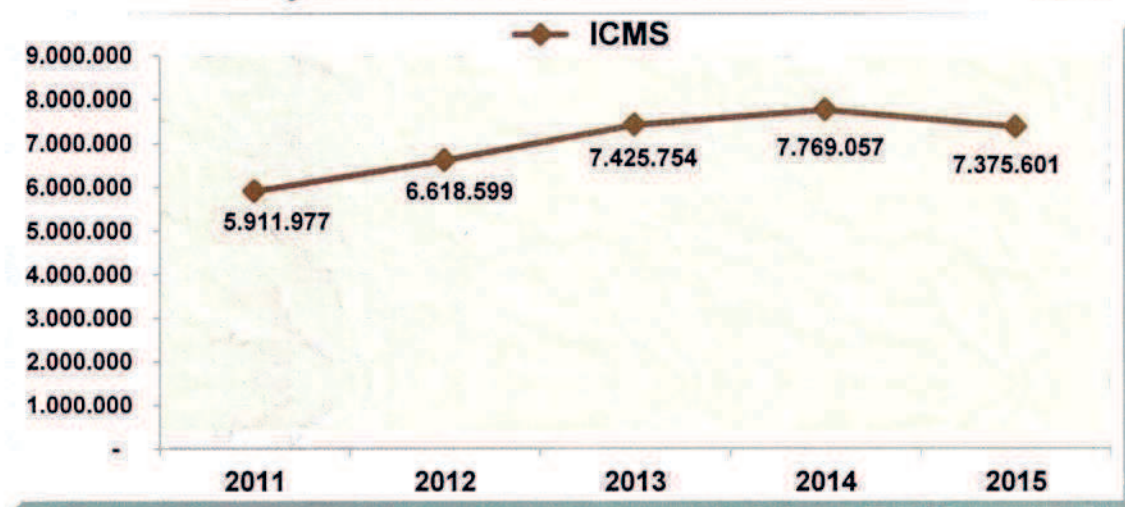
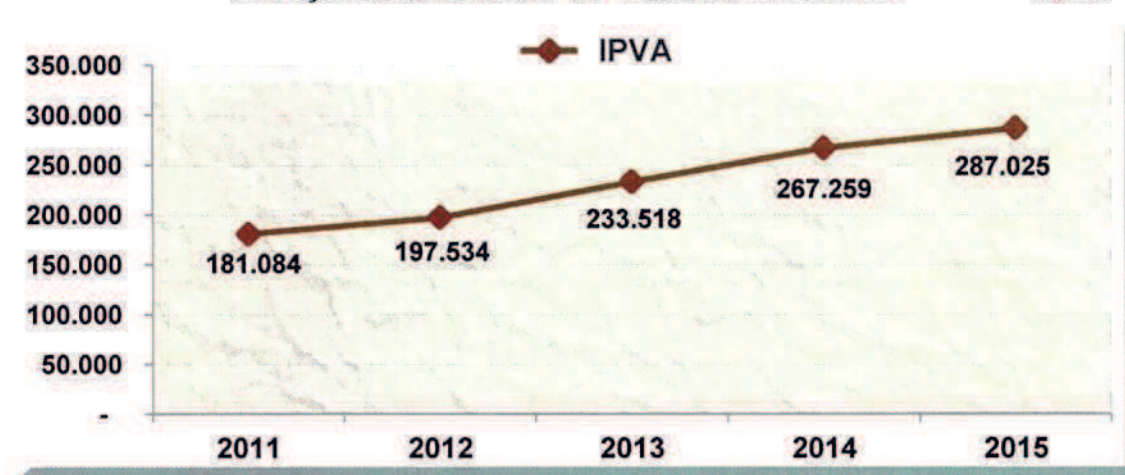


Gráfico 09
Evolução da Receita de IPVA - Exercício 2011 a 2015 R\$ Mil



2.3 Transferências Correntes

O total arrecadado com Transferências Correntes, no exercício de 2015 foi de R\$ 4,424 bilhões, que, comparando com 2014 houve um aumento nominal de R\$ 105 milhões, ou 2,42%, conforme demonstrado na tabela 11.

As Transferências da União apresentaram a maior participação, com 68,75%, com uma variação nominal positiva ante 2014 de R\$ 62 milhões ou 2,09%.



A Cota-parte do Fundo de Participação dos Estados - FPE foi a fonte com maior destaque dentre as Transferências Correntes, com participação de 48,17% do total, apresentando um acréscimo nominal de R\$ 105 milhões, equivalente a 5,20% ante 2014.

As Transferências Multigovernamentais, que demonstram os valores recebidos pelo Estado a título de retorno do FUNDEB, tiveram participação de 30,32% do total das transferências, apresentando uma variação nominal positiva de R\$ 46 milhões, ou seja, 3,57% ante 2014.

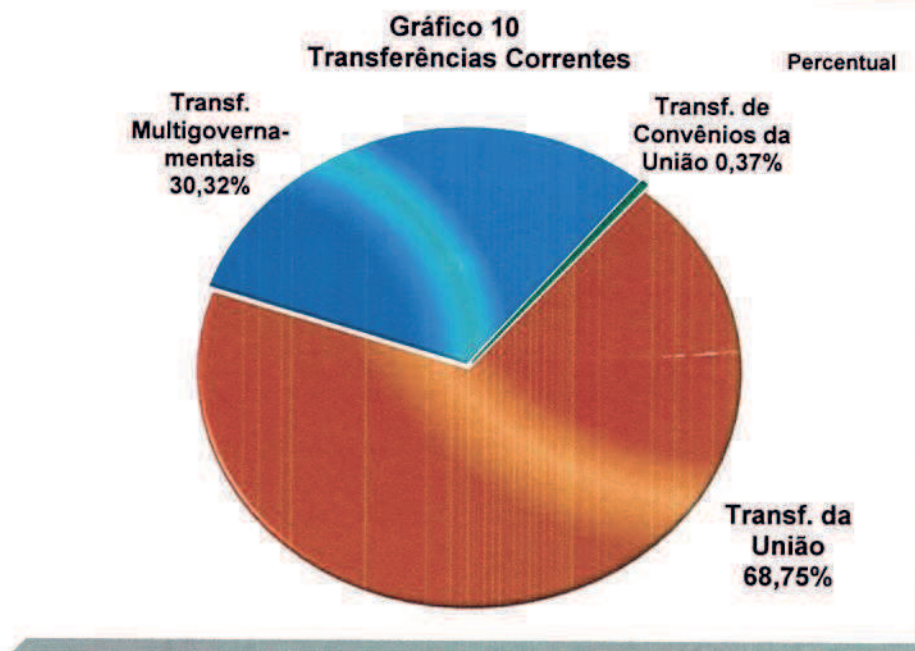
Tabela 11
Transferências Correntes

ESPECIFICAÇÃO	VALOR ARRECADADO		R\$ Mil	
	2014	2015	PART.	VAR.
Transferências da União	2.979.581	3.041.983	68,75	2,09
Cota-parte do F.P.E.	2.026.045	2.131.367	48,17	5,20
Cota-parte do II.P.I.	37.679	37.744	0,85	0,17
Cota-parte da CIDE	1.919	6.963	0,16	262,93
Transf. Financeiras - L.C. 87/96(Lei Kandir)	14.740	14.740	0,33	0,00
Cota-parte Fundo Especial Petróleo – FEP	307.023	207.135	4,68	(32,53)
Transferências de Recursos do SUS	476.697	514.630	11,63	7,96
Transferências de Recursos do FNDE	105.650	96.614	2,18	(8,55)
Transferências de Recursos do FNAS	1.381	2.736	0,06	98,12
Outras Transferências da União	8.447	30.053	0,68	255,77
Transferências Multigovernamentais	1.295.108	1.341.300	30,32	3,57
Transferências de Instituições Privadas	6.452	24.154	0,55	274,40
Transferências do Exterior	120	10	0,00	(92,09)
Transferências de Pessoas	2	16	0,00	839,79
Transferências de Convênios da União	37.759	16.216	0,37	(57,05)
Transferências de Convênios dos Municípios	0	35	0,00	0,00
Transferências de Convênios de Instituições Privadas	688	739	0,02	7,45
TOTAL	4.319.709	4.424.454	100,00	2,42

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

Nota: Valores Brutos, não deduzidas as participações dos Municípios.

No gráfico 10 apresentamos as três principais participações de transferências correntes, destacam-se as Transferências da União com maior percentual de participação.



Na tabela 12 demonstramos as Transferências de Convênios da União e suas Entidades no exercício de 2015, que representam os recursos recebidos para execução de convênios pelo Estado, totalizaram R\$ 16 milhões já acrescidos dos rendimentos de aplicações financeiras. As maiores participações foram da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas – FAPEAM, com R\$ 6 milhões ou 40,15%, o Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Amazonas – CBMAM, com R\$ 3 milhões ou 17,29% e a Fundação Universidade do Estado do Amazonas – UEA, com R\$ 1 milhão ou 7,78%, que correspondem a 65,22% do total.



Tabela 12
Transferências de Convênios da União e suas Entidades

ÓRGÃO	R\$ Mil	
	VALOR	PART. %
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas - FAPEAM	6.511	40,15
Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Amazonas - CBMAM	2.804	17,29
Fundação Universidade do Estado do Amazonas - UEA	1.261	7,78
Empresa Estadual de Turismo - AMAZONASTUR	1.052	6,49
Procuradoria Geral de Justiça - PGJ	641	3,95
Secretaria de Estado do Trabalho - SETRAB	515	3,18
Secretaria de Estado de Justiça Direitos Humanos e Cidadania - SEJUSC	453	2,79
Secretaria de Estado da Juventude, Desporto e Lazer - SEJEL	413	2,55
Fundação Centro de Controle de Oncologia - FCECON	380	2,34
Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino - SEDUC	371	2,29
Secretaria de Estado de Cultura - SEC	321	1,98
Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA	287	1,77
Secretaria de Estado de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Manaus - SRMM	286	1,76
Secretaria de Estado de Política Fundiária - SPF	156	0,96
Secretaria de Estado de Artic. de Políticas Pub. aos Mov. Sociais e Populares - SEARP	134	0,83
Fundação de Medicina Tropical - FMT/AM	98	0,60
Secretaria de Estado de Segurança Pública - SSP	88	0,54
Fundação de Dermatologia Tropical e Venerologia Alfredo da Mata - FUAM	87	0,54
Fundação de Hematologia e Hemoterapia do Amazonas - FHEMOAM	81	0,50
Secretaria de Estado de Produção Rural - SEPROR	75	0,46
Secretaria Estadual da Assistência Social - SEAS	69	0,43
Fundo Estadual de Saúde - FES	53	0,33
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação - SECTI	49	0,30
Secretaria de Estado para os Povos Indígenas - SEIND	32	0,20
TOTAL	16.216	100,00

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

O Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN recebeu transferências de convênios de Instituições Privadas no valor de R\$ 739 mil e a FAPEAM recebeu transferências de Convênios dos Municípios e de Suas Entidades no valor de R\$ 36 mil que, somados aos convênios com a União totalizam R\$ 17 milhões.

2.4 Receitas de Capital

Na tabela 13 apresentamos a Receita de Capital arrecadada no Estado, que totalizaram em R\$ 446 milhões, apresentando uma variação nominal negativa R\$ 1,228 bilhão ou 73,35% em relação a 2014. No gráfico 11 destacamos as maiores participações da receita.



No exercício de 2015, as Receitas de Operações de Créditos, ou seja, recursos a título oneroso, recebido para os investimentos que o Estado vem implementando, totalizaram R\$ 207 milhões, com participação de 46,27% do total das receitas de capital.

As receitas de Alienação de Bens são compostas de vendas de ativo permanentes, bens móveis e imóveis inservíveis ou desnecessários para o Estado, totalizaram R\$ 198 mil, com participação 0,04% do total das receitas de capital.

As receitas de Amortização de Empréstimos são provenientes de recebimentos de parcelas de empréstimos ou financiamentos concedidos em títulos ou contratos, totalizaram R\$ 103 mil, com participação 0,02% do total das receitas de capital.

As receitas de Transferências de Capital são constituídas de transferências Intergovernamentais, dos convênios recebidos da União e suas entidades, das Instituições Privadas nacionais e internacionais, totalizaram R\$ 132 milhões, com participação de 29,61% do total das receitas de capital.

As Outras Receitas de Capital totalizaram R\$ 107 milhões, referem-se à Lei Federal nº 9.478/97, art. 52, que determina o recolhimento de 1% da produção de petróleo e gás natural realizada pela PETROBRAS em terras do Estado do Amazonas, as parcelas recebidas dos títulos CVS do Fundo Previdenciário da Fundação AMAZONPREV e as diversas restituições de operações de crédito para o tesouro e para o FUNDEB.

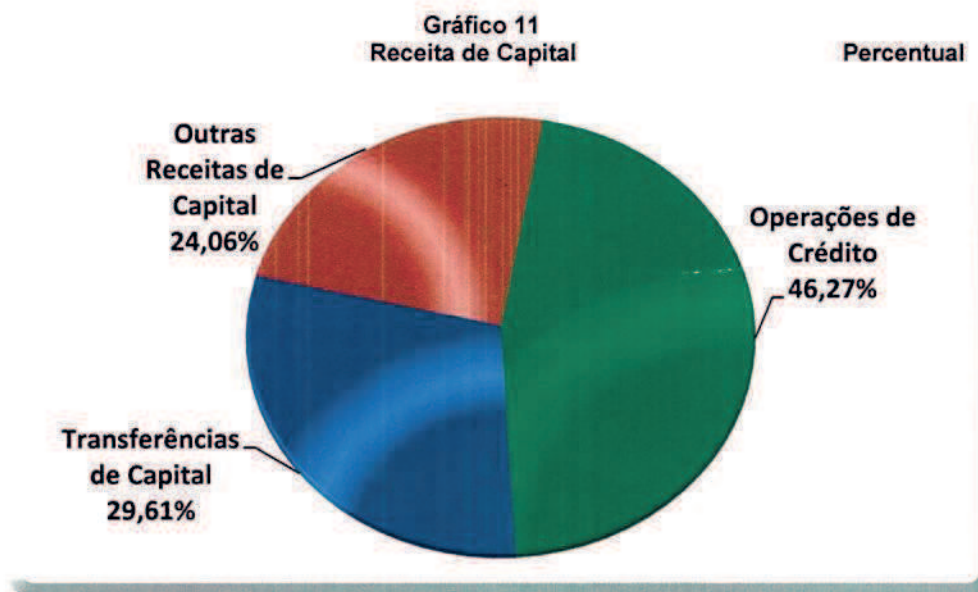
Tabela 13
Receitas de Capital

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADO		R\$ Mil	
	2014	2015	%	VAR.
Operações de Crédito	1.130.416	206.513	46,27	(81,73)
Alienação de Bens Móveis	1.715	198	0,04	(88,48)
Amortização de Empréstimos	175	103	0,02	(41,44)
Transferências de Capital	317.403	132.166	29,61	(58,36)
Outras Receitas de Capital	225.086	107.343	24,06	(52,31)
TOTAL	1.674.796	446.322	100,00	(73,35)

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI



No gráfico 11 apresentamos as Receitas de Capital com as maiores participações.



2.4.1 Operações de Créditos

Na tabela 14 a seguir demonstramos as operações de créditos recebidas pelo Estado em 2015, que totalizaram R\$ 206 milhões, sendo de operações internas R\$ 36 milhões, através da Caixa Econômica Federal – CEF e R\$ 170 milhões de operações externas junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e a Corporação Andina de Fomento - CAF.

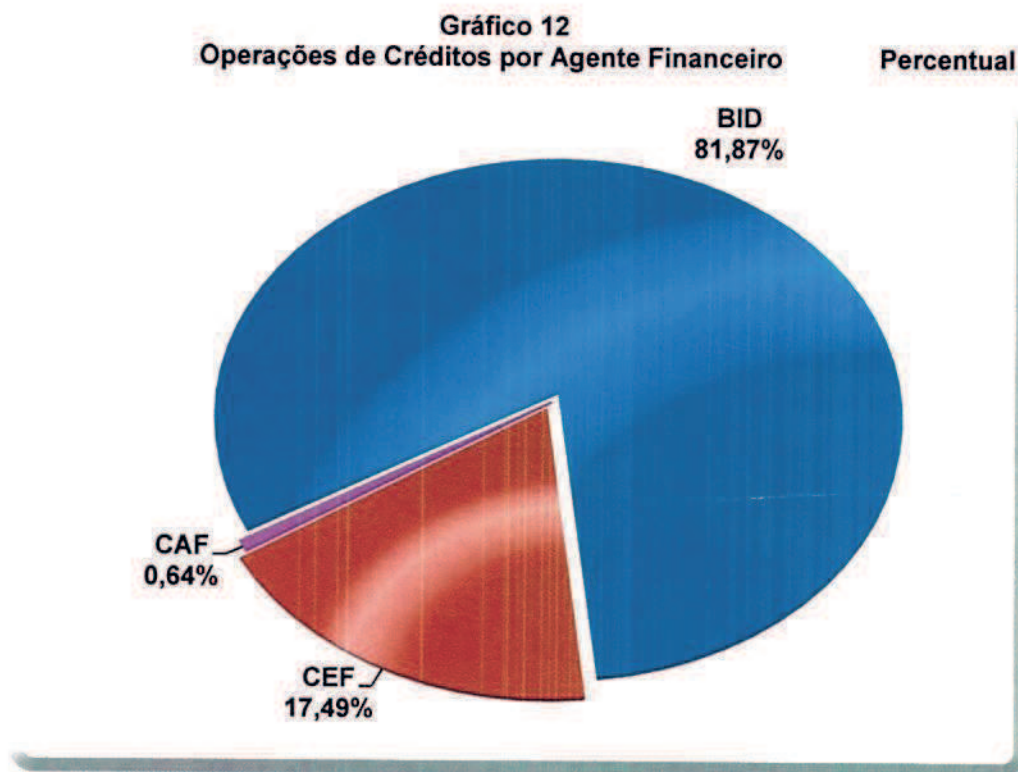
Tabela 14
Operações de Créditos

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	CREDOR	VALOR	R\$ Mil PART. %
INTERNA		36.128	17,49
Projeto Avenida das Torres com AM 010	CEF	8.128	3,94
Proj. das Ações do Ent. Ligação Manaus-Manacapuru- Dupl. AM-070	CEF	28.000	13,55
EXTERNA		170.385	82,51
Prog. de Aceleração do Desenv. da Educ. do Amazonas - PADEAM	BID	23.864	11,56
PROSAMIM	BID	143.790	69,63
Programa de Saneamento Integrado de Maués	BID	1.411	0,68
Programa Socioambiental dos Igarapés de Manaus - CAF	CAF	1.320	0,64
TOTAL		206.513	100,00

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI



No gráfico 12 apresentamos as operações de crédito recebidas por credor sendo, R\$169 milhões ou 81,87% do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, R\$ 36 milhões ou 17,49% da Caixa Econômica Federal – CEF e R\$ 1 milhão ou 0,64% da Corporação Andina de Fomento– CAF.



2.4.2 Transferências de Capital

Na tabela 15 demonstramos os convênios da União e suas entidades, recebidos em 2015, por cada órgão da administração estadual já acrescidos dos rendimentos de aplicação financeira, que totalizaram R\$ 85 milhões. Destacamos as participações da Secretaria de Estado de Infraestrutura - SEINFRA, que recebeu R\$ 45 milhões, ou 52,63%, a Fundação de Hematologia e Hemoterapia do Amazonas – FHEMOAM, com R\$ 7 milhões ou 8,14%, a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária - SEAP, com R\$ 7 milhões ou 7,97% e o Fundo Estadual de Saúde – FES, com R\$ 6 milhões ou 7,72%, os quais correspondem a 76,46% do total repassado pela União.



Tabela 15
Transferências de Capital (Convênios da União e sua Entidades)

ÓRGÃO	VALOR	PART.%
Secretaria de Estado de Infraestrutura - SEINFRA	44.713	52,63
Fundação Hospital de Hematologia e Hemoterapia do Amazonas - FHEMOAM	6.917	8,14
Secretaria de Estado De Administração Penitenciária - SEAP	6.776	7,97
Fundo Estadual de Saúde - FES	6.563	7,72
Secretaria de Estado de Produção Rural - SEPROR	4.710	5,54
Secretaria de Estado da Juventude, Esporte e Lazer - SEJEL	3.795	4,47
Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SDS	3.730	4,39
Superintendência Estadual de Habitação - SUHAB	3.049	3,59
Secretaria de Estado de Segurança Pública - SSP	1.306	1,54
Secretaria de Estado da Assistência Social - SEAS	1.234	1,45
Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania - SEJUSC	610	0,72
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas - FAPEAM	384	0,45
Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino - SEDUC	244	0,29
Empresa Estadual de Turismo - AMAZONASTUR	227	0,27
Fundação Centro de Controle de Oncologia - FCECON	215	0,25
Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Amazonas - CBMAM	166	0,20
Universidade do Estado do Amazonas - UEA	100	0,12
Secretaria de Estado para os Povos Indígenas - SEIND	95	0,11
Secretaria de Estado de Desenv. da Região Metropolitana de Manaus	58	0,07
Instituto de Desenv. Agropecuário e Florestal Sust. do Est. do Amazonas	50	0,06
Fundação de Medicina Tropical "DOUTOR HEITOR VIEIRA DOURADO"	22	0,03
TOTAL	84.964	100,00

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

O Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN recebeu R\$ 925 mil de Transferências de Convênios de Instituições Privadas e o Fundo Estadual de Saúde – FES recebeu R\$ 14 mil de Transferência de Convênio do Exterior, os quais somados aos convênios da união totalizam as Transferências de Convênio de Capital em R\$ 86 milhões.

2.5 Renúncia Fiscal

Na tabela 16 demonstramos a Renúncia Fiscal, no exercício de 2015, que totalizou R\$ 6,320 bilhões, destacamos a Lei nº 2.826 de 2003, com R\$ 5,802 bilhões e participação de 91,81% do total das renúncias.



Este modelo de sucesso instituído pela ZFM representa, em termos de recursos fiscais, 46,15% em relação a arrecadação potencial do ICMS, correspondente ao valor arrecadado no exercício de 2015 de R\$ 7,376 bilhões mais o valor das renúncias de R\$ 6,320 bilhões, totalizando R\$ 13,695 bilhões, significando que para cada R\$ 1,00 arrecadado de ICMS, tem-se uma renúncia de R\$ 0,46 .

Tabela 16
Demonstrativo da Renúncia Fiscal

ESPECIFICAÇÃO	VALOR	R\$ Mil PART. %
Lei nº 2826 de 2003	5.802.478	91,81
Lei nº 3.430 de 2009	15.215	0,24
Lei nº 3.830 de 2012	20.320	0,32
Lei nº 4.178 de 2015	4.941	0,08
LC 19 de 1997	13.812	0,22
Lei Promulgada nº 203 de 2014	7	0,00
Decreto nº 20.686 de 1999	162.917	2,59
Decreto nº 27.500 de 2008	35.064	0,55
Decreto nº 30.918 de 2011	219.990	3,48
Decreto nº 32.032 de 2011	27.821	0,44
Decreto nº 36.152 de 2015	12.643	0,20
Decreto nº 36.306 de 2015	4.625	0,07
TOTAL	6.319.831	100,00

Fonte :Secretaria Executiva da Receita

3 GESTÃO DA DESPESA

3.1 Despesa Orçamentária

A Despesa Orçamentária, também denominada Despesa Pública, representa o conjunto de dispêndios realizados pelos entes públicos para os investimentos e manutenção dos serviços públicos prestados à sociedade.

Compreende o valor da despesa fixada, conforme determinado na LOA e as alterações ocorridas no exercício. Na tabela 17, apresentamos as despesas por categoria econômica e grupo.



A despesa autorizada final ficou em R\$ 16,433 bilhões, alterada em R\$ 975 milhões em relação à dotação inicial, representando um acréscimo de 6,31% do total fixado inicialmente.

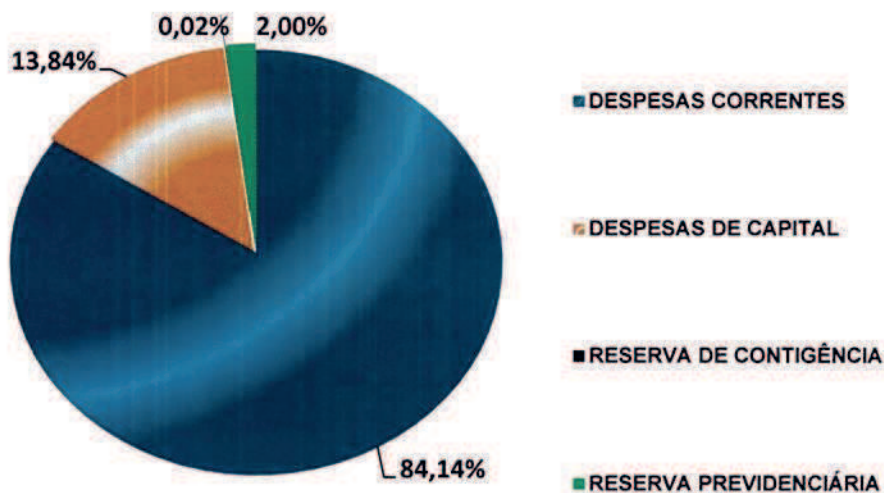
Tabela 17
Despesa Autorizada Final por Categoria Econômica

CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	ALTERAÇÃO	AUTORIZAÇÃO FINAL	R\$ Mil Part %
DESPESAS CORRENTES	12.603.092	1.222.716	13.825.808	84,14
Pessoal e Encargos Sociais	6.331.708	225.675	6.557.383	39,90
d/q modalidade 91	338.500	97.732	436.232	2,65
Juros e Encargos da Dívida	306.807	19.986	326.793	1,99
Outras Despesas Correntes	5.964.577	977.055	6.941.632	42,24
d/q modalidade 91	45.171	12.310	57.481	0,35
DESPESAS DE CAPITAL	2.054.292	220.710	2.275.002	13,84
Investimentos	1.655.022	178.230	1.833.252	11,17
Inversões Financeiras	6	52.422	52.428	0,32
Amortizações da Dívida	399.264	(9.942)	389.322	2,37
RESERVA DE CONTIGÊNCIA	469.229	(466.739)	2.490	0,02
RESERVA PREVIDENCIÁRIA	331.411	(2.008)	329.403	2,00
TOTAL	15.458.024	974.679	16.432.703	100,00

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

Demonstramos no gráfico 13 o percentual de participação, por Categoria Econômica na Despesa Autorizada Final do Estado.

Gráfico 13
Despesa Autorizada Final por Categoria Econômica Percentual





Na tabela 18, demonstramos a despesa autorizada final por função, com as alterações ocorridas no exercício e percentual de participação de cada uma, destacando-se as funções que tiveram maiores alterações orçamentárias, Saúde com R\$ 543 milhões, Direitos da Cidadania com R\$ 215 milhões e Segurança Pública com R\$ 196 milhões.

Tabela 18
Despesa Autorizada Final por Função

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	R\$ Mil			
		DOTAÇÃO INICIAL	ALTERAÇÃO	AUTORIZAÇÃO FINAL	PART. %
1	Legislativa	461.514	37.477	498.991	3,04
2	Judiciária	594.218	80.591	674.809	4,11
3	Essencial à Justiça	279.024	23.213	302.237	1,84
4	Administração	711.100	(30.749)	680.351	4,14
6	Segurança Pública	1.398.206	195.600	1.593.806	9,70
8	Assistência Social	121.866	(4.482)	117.384	0,71
9	Previdência Social	1.242.631	80.496	1.323.127	8,05
10	Saúde	2.178.177	542.795	2.720.972	16,56
11	Trabalho	11.711	8.009	19.720	0,12
12	Educação	2.601.871	43.542	2.645.413	16,10
13	Cultura	125.510	(4.763)	120.747	0,73
14	Direitos da Cidadania	222.118	214.891	437.009	2,66
15	Urbanismo	459.213	141.880	601.092	3,66
16	Habitação	64.752	(7.977)	56.775	0,35
17	Saneamento	156.897	23.518	180.415	1,10
18	Gestão Ambiental	68.795	8.341	77.136	0,47
19	Ciência e Tecnologia	125.265	(7.116)	118.149	0,72
20	Agricultura	101.795	59.436	161.231	0,98
21	Organização Agrária	16.490	(596)	15.894	0,10
23	Comércio e Serviços	39.636	6.230	45.866	0,27
24	Comunicações	78.765	3.561	82.326	0,50
26	Transporte	376.852	2.956	379.807	2,31
27	Desporto e Lazer	38.683	17.001	55.684	0,34
28	Encargos Especiais	3.182.296	9.574	3.191.870	19,42
99	Reserva de Contingência	469.229	(466.739)	2.490	0,02
99	Reserva de Previdenciária	331.411	(2.008)	329.403	2,00
TOTAL		15.458.024	974.679	16.432.703	100,00

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI



As maiores participações ficaram com as funções Encargos Especiais 19,42%, Saúde 16,56%, Educação 16,10% e Segurança Pública com 9,70%, correspondendo a 61,78% do total autorizado, demonstrando claramente que o Estado prioriza estas funções nas despesas e investimentos no Governo, sendo os Encargos Especiais responsável pelas transferências constitucionais e legais aos Municípios e pagamento do serviço da dívida, basicamente.

3.2 Execução da Despesa

A despesa empenhada no exercício de 2015 totalizou R\$ 14,477 bilhões que, comparada à autorizada final, resultou numa economia orçamentária de R\$ 1,955 bilhão, representando 11,90% do total da despesa, conforme demonstrado na tabela 19.

Destacam-se os grupos Pessoal e Encargos Sociais com R\$ 6,436 bilhões, sendo R\$ 5,433 bilhões despesas com pessoal do Poder Executivo, incluindo a Defensoria Pública, R\$ 1,003 bilhão dos demais Poderes e Ministério Público e Outras Despesas Correntes com R\$ 6,429 bilhões, grupo de despesa que faz frente a manutenção e funcionamento da máquina administrativa Estadual.

Tabela 19
Despesa Autorizada com a Despesa Empenhada

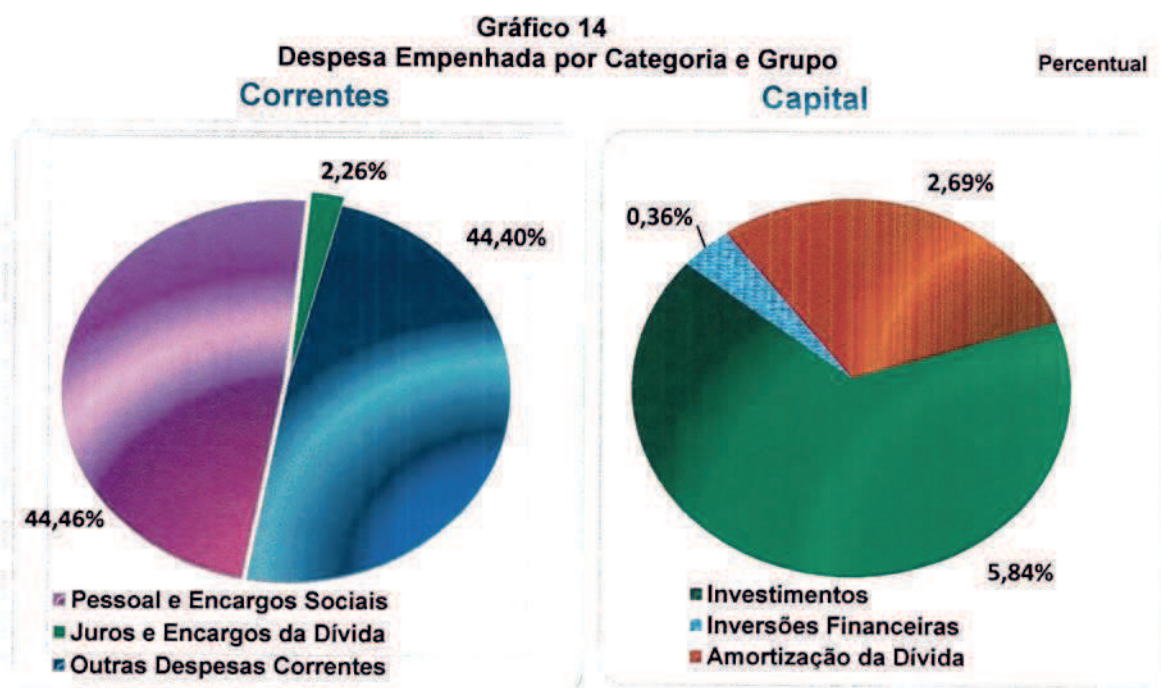
CATEGORIA ECONÔMICA	AUTORIZADA	EMPENHADA	ECONOMIA %	PART. %
DESPESAS CORRENTES	13.825.808	13.191.277	4,59	91,12
Pessoal e Encargos Sociais	6.557.383	6.436.012	1,85	44,46
d/q modalidade 91	436.232	431.768	1,02	2,98
Juros e Encargos da Dívida	326.793	326.649	0,04	2,26
Outras Despesas Correntes	6.941.632	6.428.616	7,39	44,40
d/q modalidade 91	57.481	33.222	42,20	0,23
DESPESAS DE CAPITAL	2.275.002	1.286.216	43,46	8,88
Investimentos	1.833.252	845.144	53,90	5,84
Inversões Financeiras	52.428	51.783	1,23	0,36
Amortização da Dívida	389.322	389.289	0,01	2,69
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.490	0	0,00	0,00
RESERVA PREVIDENCIÁRIA	329.403	0	0,00	0,00
TOTAL	16.432.703	14.477.492	11,90	100,00

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI



Destacamos ainda as despesas empenhadas na modalidade 91, na ordem de R\$ 465 milhões, sendo evidenciado na rubrica Pessoal e Encargos com R\$ 432 milhões e Outras Despesas Correntes com R\$ 33 milhões, modalidade criada para evidenciar as despesas entre órgãos da mesma esfera de governo, resultando em uma receita intraorçamentária no órgão receptor.

No gráfico 14, evidenciou-se a despesa por categoria econômica, com participação dos grupos de despesas em relação a despesa total, destacam-se os grupos Outras Despesas Correntes com 44,46%, Pessoal e Encargos Sociais com 44,40% e Investimentos com R\$ 5,84%.



A tabela 20 e gráfico 15 apresentam as despesas empenhadas por categoria econômica e grupo. Comparando os exercícios de 2011 com 2015, houve um acréscimo nominal de R\$ 3,861 bilhões ou 36,36% e 2015 ante 2014 houve um decréscimo nominal de R\$ 1,088 bilhão ou 6,99%. Prevendo um cenário de crise econômica, o estado do Amazonas reorganizou a estrutura do poder executivo com reformas administrativas, reavaliou e, conseqüentemente, reduziu os contratos administrativos, aperfeiçoou e criou novos controles via sistema com objetivo de reduzir o gasto e melhorar na gestão pública sem perder a qualidade dos serviços prestados à sociedade.



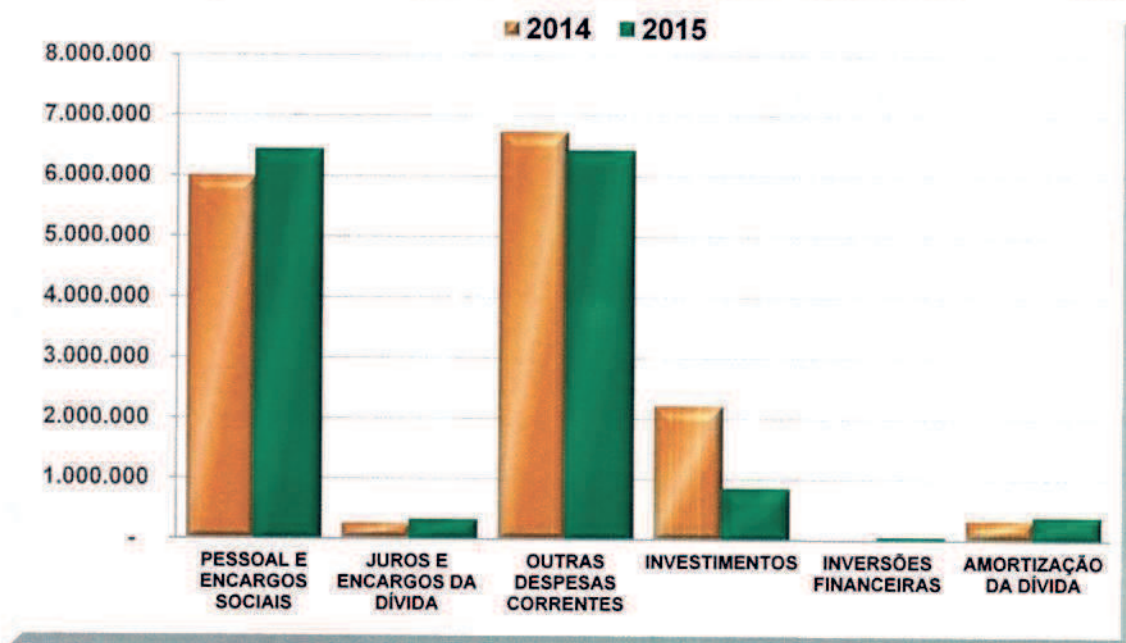
No grupo das despesas com Inversões Financeiras, que totalizaram R\$ 52 milhões, houve uma variação negativa de 37,51% de 2015 ante 2011 e variação positiva de 228,84% ante 2014, este acréscimo foi devido ao aporte em 2015 de recursos para aumento de capital nas empresas públicas.

Tabela 20
Evolução da Despesa Empenhada por Categoria Econômica

CATEGORIA ECONÔMICA / GRUPO	2011	2012	2013	2014	2015	R\$ Mil VAR. %	
						2015/ 2011	2015/ 2014
DESPESAS CORRENTES	8.752.722	10.297.953	11.710.026	13.003.760	13.191.277	50,71	1,44
Pessoal e Encargos Sociais	4.354.399	5.206.044	5.334.633	6.005.699	6.436.012	47,80	7,17
d/q modalidade 91	-	260.459	295.752	347.676	431.768		24,19
Juros e Encargos da Dívida	186.640	181.217	194.420	257.205	326.649	75,02	27,00
Outras Despesas Correntes	4.211.682	4.910.692	6.180.973	6.740.856	6.428.616	52,64	(4,63)
d/q modalidade 91	-	42.996	49.182	37.188	33.222		(10,67)
DESPESAS DE CAPITAL	1.864.093	1.861.306	2.859.500	2.561.534	1.286.216	(31,00)	(49,79)
Investimentos	1.532.369	1.490.750	2.406.378	2.214.697	845.144	(44,85)	(61,84)
Inversões Financeiras	82.863	29.645	82.944	15.747	51.783	(37,51)	228,84
Amortização da Dívida	248.861	340.911	370.178	331.090	389.289	56,43	17,58
TOTAL	10.616.815	12.159.259	14.569.526	15.565.294	14.477.492	36,36	(6,99)

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

Gráfico 15
Comparativo da Despesa Empenhada por Grupo – 2014 e 2015





Demonstramos na tabela 21 e gráfico 16 os investimentos do governo por grupo de fonte de recurso, totalizando R\$ 845 milhões, sendo R\$ 309 milhões com fontes de Operações de Crédito, R\$ 264 com fontes de Transferências Federais e R\$ 272 milhões com fontes do estado, já incluído os investimentos empenhados por conta do superávit financeiro de 2014.

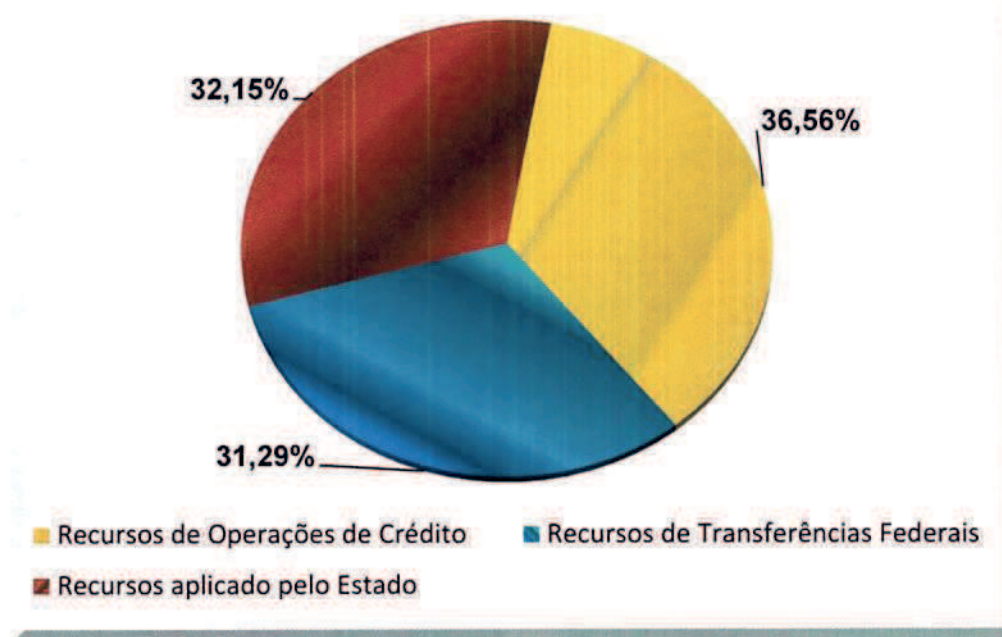
Tabela 21
Despesa Empenhada em Investimentos por Fonte

INVESTIMENTO	EMPENHADO	R\$ Mil PART. %
Recursos de Operações de Crédito	308.996	36,56
Recursos de Transferências Federais	264.440	31,29
Recursos aplicados pelo Estado	271.708	32,15
TOTAL	845.144	100,00

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

Gráfico 16
Investimentos por Fonte

Percentual



Demonstramos na tabela 22 a execução orçamentária das Operações de Créditos, sendo R\$ 79 milhões de operações internas, com participação de 25,66% e R\$ 231 milhões ou 74,34% de operações externas, já incluído os superávits financeiro apurado no balanço de 2014.



Tabela 22
Execução das Operações de Crédito

OPERAÇÃO DE CRÉDITO	CREDOR	EMPENHADO	R\$ Mil % Part
INTERNA		79.640	25,66
Projeto das Ações do Entorno Ligação Manaus-Manacapuru - Duplicação Via AM-070	CEF	28.000	9,02
PROINVESTE	BB	32.779	10,56
PROINFRA	BB	10.733	3,46
Projeto Avenida das Torres com AM 010	CEF	8.128	2,62
EXTERNA		230.675	74,34
PROSAMIM	BID	135.225	43,58
Programa Socioambiental dos Igarapés de Manaus - CAF	CAF	4.297	1,38
PROCONFIS - BID	BID	50.422	16,25
PROCONFIS - BIRD	BIRD	10.943	3,53
Prog. de Aceleração do Desenv. da Educ. do Amazonas - PADEAM	BID	29.788	9,60
TOTAL		310.316	100,00

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

As funções demonstram a área de atuação do governo, na tabela 23 e gráfico 17 apresentamos as despesas empenhadas por função, comparando 2015 em relação a 2014, com o percentual de participação em cada exercício e variações ocorridas. Em termos de maior aplicação, destacamos as funções Encargos Especiais com R\$ 3,004 bilhões ou 20,75%, Saúde com R\$ 2,637 bilhões ou 18,22%, Educação com R\$ 2,446 bilhões ou 16,89% e Segurança Pública com R\$ 1,491 bilhão e participação de 10,30% do total, evidenciando assim as prioridades do governo estadual, cumprindo as transferências constitucionais e legais aos municípios, o pagamento das dívidas fundadas e precatórios, e, com especial atenção nas áreas da saúde, educação e segurança públicas, as quais correspondem a 66,16% do total empenhado no exercício.



Tabela 23
Comparativo da Despesa Empenhada Por Função

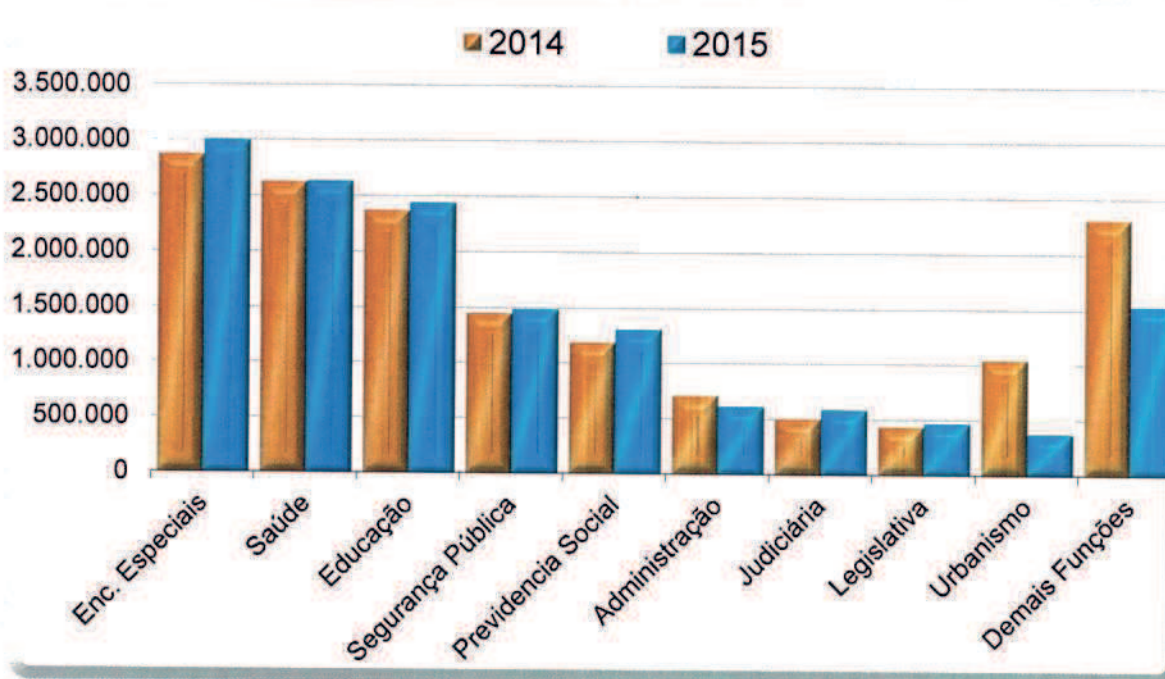
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	2014	PART. %	2015	PART. %	VAR. %
1	Legislativa	442.374	2,84	468.096	3,23	5,81
2	Judiciária	510.081	3,28	587.968	4,06	15,27
3	Essencial à Justiça	268.248	1,72	280.481	1,94	4,56
4	Administração	715.719	4,60	613.897	4,24	(14,23)
6	Segurança Pública	1.458.050	9,37	1.491.252	10,30	2,28
8	Assistência Social	136.450	0,88	106.587	0,74	(21,89)
9	Previdência Social	1.192.631	7,66	1.309.310	9,04	9,78
10	Saúde	2.628.232	16,89	2.637.242	18,22	0,34
11	Trabalho	24.177	0,16	14.363	0,10	(40,59)
12	Educação	2.376.871	15,27	2.445.619	16,89	2,89
13	Cultura	183.391	1,18	113.830	0,79	(37,93)
14	Direitos da Cidadania	363.484	2,34	387.889	2,68	6,71
15	Urbanismo	1.049.507	6,74	378.676	2,62	(63,92)
16	Habitação	59.585	0,38	28.329	0,20	(52,46)
17	Saneamento	200.743	1,29	75.860	0,52	(62,21)
18	Gestão Ambiental	80.163	0,52	40.474	0,28	(49,51)
19	Ciência e Tecnologia	97.146	0,62	79.162	0,55	(18,51)
20	Agricultura	201.119	1,29	137.768	0,95	(31,50)
21	Organização Agrária	48.058	0,31	13.891	0,10	(71,09)
23	Comércio e Serviços	56.502	0,36	37.448	0,26	(33,72)
24	Comunicações	75.781	0,49	71.188	0,49	(6,06)
26	Transporte	284.588	1,83	104.725	0,72	(63,20)
27	Desporto e Lazer	238.865	1,53	49.676	0,34	(79,20)
28	Encargos Especiais	2.873.529	18,46	3.003.760	20,75	4,53
TOTAL		15.565.294	100,00	14.477.492	100,00	(6,99)

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI



Gráfico 17
Despesa Empenhada por Função

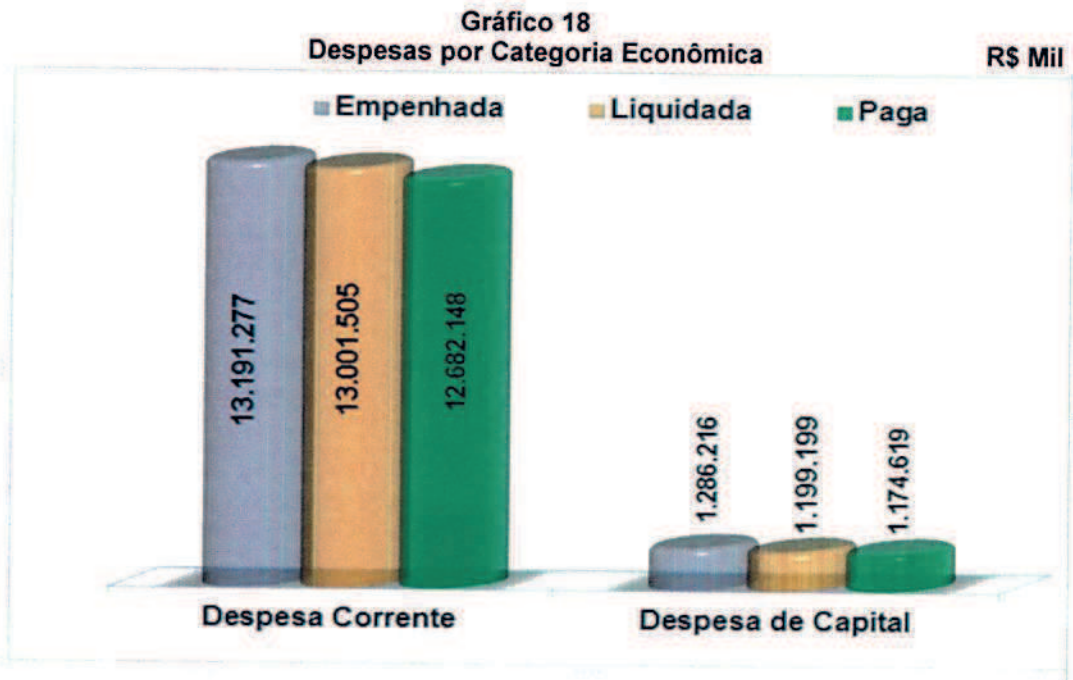
R\$ Mil



Nos Quadros 01 e 02 e 03 em anexo, demonstramos a despesa empenhada por fonte de recursos, por órgão, por categoria e função respectivamente. Comparamos os exercícios de 2014 e 2015, com percentual de participação em cada item.

Demonstramos nos relatórios, em anexo, a Evolução da Despesa Empenhada, Liquidada e Paga, no exercício de 2015, classificada por grupo e natureza de despesa.

No gráfico 18 apresentamos a despesa empenhada liquidada e paga por categoria econômica, do total dos compromissos assumidos pelo Governo com o empenhamento da despesa, 95,71% foram efetivamente pagos dentro do exercício financeiro.



3.3 Transferências Constitucionais e Legais aos Municípios

O total das distribuições de receitas aos Municípios, contabilizadas pelo Estado do Amazonas no exercício de 2015, foi de R\$ 2,060 bilhões que, comparado com o exercício de 2014, houve um decréscimo de R\$ 78 milhões, com variação nominal negativa de 3,66%, este resultado é consequência da frustração da receita do estado face ao cenário de crise econômica, conforme demonstrado na tabela 24 gráfico 19.

Evidenciamos a fonte do ICMS como a principal participação das transferências aos municípios, com 90,91%.

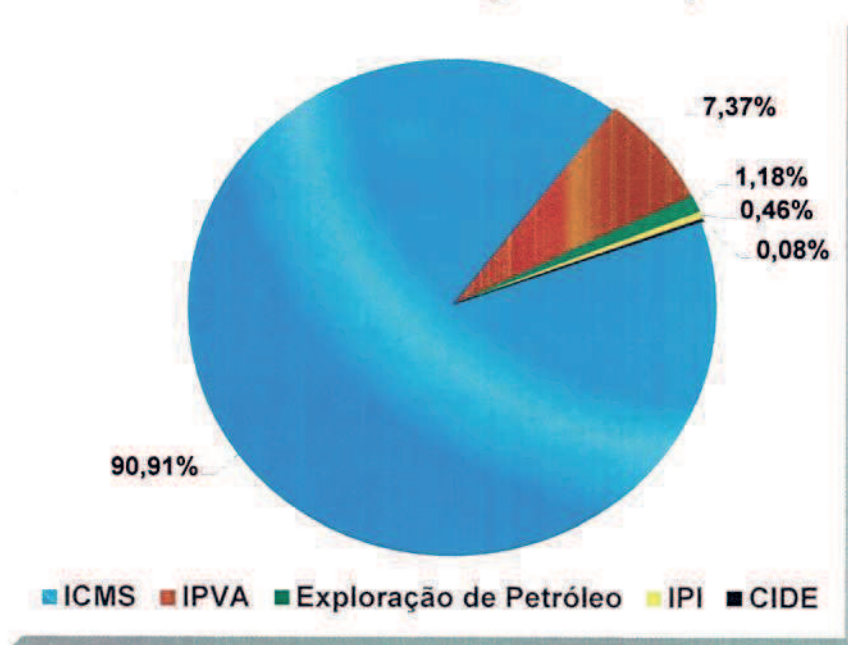
Tabela 24
Transferências Constitucionais e Legais aos Municípios

FONTE			R\$ Mil	
	2014	2015	PART. %	VAR. %
ICMS	1.953.975	1.872.807	90,91	(4,15)
IPVA	140.939	151.520	7,37	7,51
Exploração de Petróleo	33.122	24.243	1,18	(26,81)
IPI	9.420	9.436	0,46	0,17
CIDE	480	1.741	0,08	262,71
TOTAL	2.137.935	2.059.747	100,00	(3,66)

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI



Gráfico 19
Transferências Constitucionais e Legais aos Municípios Perc.



3.4 Repasse aos Poderes

No exercício de 2015, foi repassado aos Poderes, incluindo a Defensoria Pública, o total de R\$ 1,226 bilhão que, comparado com o exercício de 2014, apresentou um acréscimo nominal de R\$ 66 milhões, conforme demonstramos na tabela 25 e gráfico 20.

Tabela 25
Repasse aos Poderes

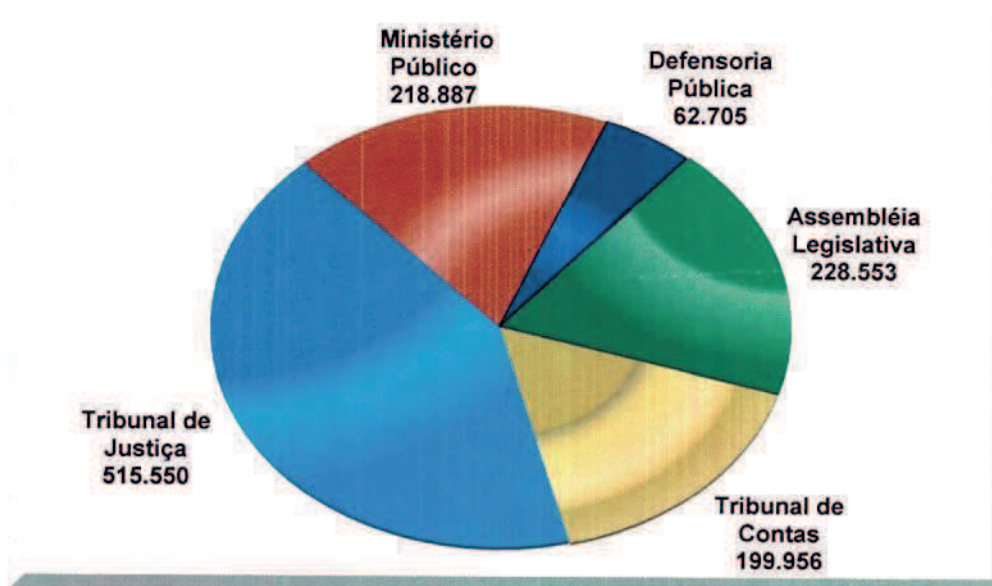
ORGÃO	R\$ Mil	
	2014	2015
Assembleia Legislativa - ALE	246.889	228.553
Tribunal de Contas - TCE	185.596	199.956
Tribunal de Justiça - TJ	512.346	515.550
Ministério Público - MP	214.855	218.887
Defensoria Pública - DP	0	62.705
TOTAL	1.159.686	1.225.650

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI



Gráfico 20
Repasse aos Poderes por Órgão

R\$ Mil



4 ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com a Lei Federal n.º 4.320/64, a Lei Complementar Federal n.º 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, a Lei Orçamentária Anual – LOA n.º 4.109 de 22 de dezembro de 2014, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público –MCASP, 6ª edição, 2ª republicação.

Os balanços Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais foram apresentados pela metodologia de consolidação, ou seja, excluindo a dupla contagem das transações ou saldos entre unidade gestoras, conforme o manual de contabilidade aplicada ao setor público, parte V.

Neste exercício efetuamos as análises nos balanços financeiro, patrimonial e nas demonstrações contábeis e Demonstrações de Fluxo de Caixa considerando dois exercícios, 2014 e 2015 para atender as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.



4.1 Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário, de acordo com o art. 102 da lei nº 4.320/64, demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas e o resultado orçamentário do exercício apurado.

O Estado do Amazonas apresentou um déficit orçamentário de R\$ 226 milhões em 2015, no entanto, analisando sob o enfoque da utilização do superávit financeiro de 2014, se desconsiderar as despesas empenhadas com recursos de exercícios anteriores, no total de R\$ 567 milhões, conforme demonstrada por fonte de recurso no quadro 01, em anexo, correspondente à utilização de créditos orçamentários abertos por conta daquele superávit financeiro, temos um superávit orçamentário, no exercício, da ordem de R\$ 342 milhões, o qual apresentamos sinteticamente na tabela 26

Tabela 26
Comparativo do Balanço Orçamentário

FONTE	2014	2015	R\$ Mil VAR %
Receita Prevista Atualizada (I)	15.683.276	15.630.018	(0,34)
Receita Realizada (II)	15.545.755	14.251.961	(8,32)
Superávit / Déficit de Arrecadação (III) = (II-I)	(137.521)	(1.378.057)	(902,07)
Despesa Atualizada (IV)	16.696.827	16.432.703	(1,58)
Despesa Empenhada (V)	15.565.294	14.477.492	(6,99)
Economia Orçamentária (VI) = (IV-V)	1.131.533	1.955.211	72,79
Déficit Orçamentário (VII) = (II-V)	(19.540)	(225.532)	1.054,23
Despesa pelo Superávit Financeiro (VIII)	803.774	567.537	(29,39)
Superávit Orçamentário (IX) = (VII + VIII)	784.235	342.005	(56,39)

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

Na tabela 27 demonstramos o resultado da execução orçamentária, por categoria econômica, que apresenta, também, um déficit orçamentário de R\$ 226 milhões, novamente, se desconsiderarmos as despesas empenhadas com base no superávit financeiro de 2014, as quais não têm a receita correspondente no exercício de 2015, temos um superávit orçamentário de R\$ 342 milhões.



Tabela 27
Resultado da Execução Orçamentária

FONTE	2014	2015	R\$ Mil VAR. %
Receitas Correntes (I)	13.870.959	13.805.638	(0,47)
Despesas Correntes (II)	13.003.760	13.191.277	1,44
Resultado do Orçamento Corrente (III) = (I-II)	867.199	614.361	(29,16)
Receitas de Capital (IV)	1.674.796	446.322	(73,35)
Despesas de Capital (V)	2.561.534	1.286.216	(49,79)
Resultado do Orçamento de Capital (VI) = (IV-V)	(886.738)	(839.893)	(5,28)
DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO DE EXECUÇÃO (VII) = (III+VI)	(19.540)	(225.532)	1.054,20
Despesa pelo Superávit Financeiro (VIII)	803.774	567.537	(29,39)
SUPERÁVIT ORÇAMENTÁRIO (IX) = (VII+VIII)	784.235	342.005	(56,39)

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

Atendendo as orientações do Manual de Contabilidade – STN e as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, NBC T 16.6, foram adicionados ao Balanço Orçamentário dois anexos, sendo o primeiro Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Não Processados com saldo de R\$ 68 milhões e o segundo Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Processados e Não processados Liquidados, com saldo de R\$ 14 milhões.

Considera-se Restos a Pagar Não Processados Liquidados aqueles inscritos no exercício como Restos a Pagar Não Processados e no do exercício seguinte liquidados, mas não pagos até 31 de dezembro.

4.2 Balanço Financeiro

De acordo com o Art. 103 da Lei nº 4.320/64 e a NBC T 16.6 – Demonstrações Contábeis, o Balanço Financeiro demonstra as receitas e as despesas orçamentárias, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentárias, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte.



O resultado financeiro apurado em 2015 (diferença entre o somatório das receitas orçamentárias e extraorçamentárias, denominadas ingressos e o somatório das despesas orçamentárias e extraorçamentárias, denominadas dispêndios) foi negativo em R\$ 58 milhões. O mesmo resultado pode ser obtido através da diferença entre as disponibilidades, ou seja, o saldo para o exercício seguinte menos o saldo do exercício anterior. Apresentamos, na tabela 28 e gráfico 21, uma síntese do resultado do Balanço Financeiro do Estado do exercício de 2015.

Esse resultado considera a utilização, neste exercício, de R\$ 567 milhões do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial de 2014, se o desconsiderarmos, pois não tem a correspondente receita no exercício, teremos um resultado positivo de R\$ 510 milhões.

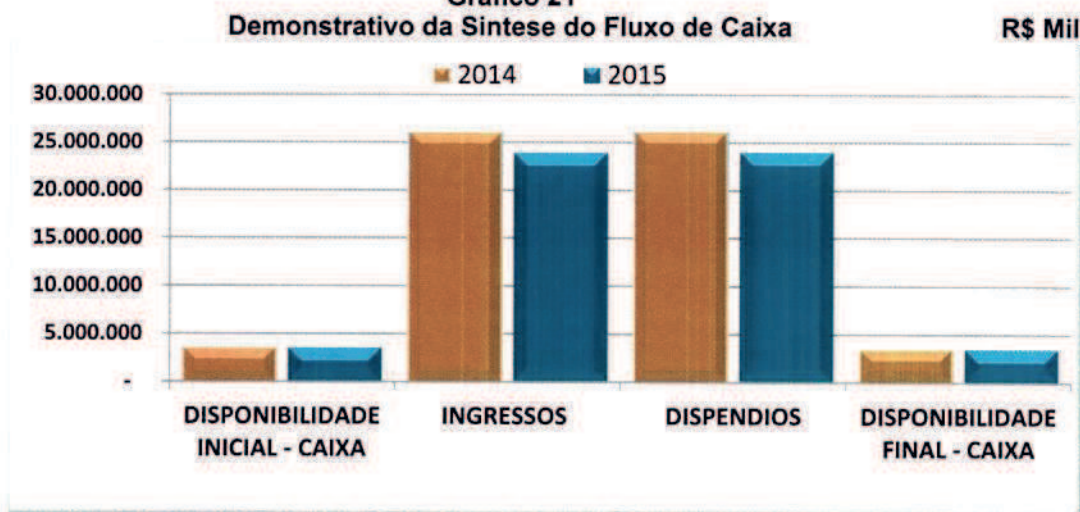
Tabela 28
Demonstrativo do Balanço Financeiro

ESPECIFICAÇÃO	2014	2015	R\$ Mil PART. %
INGRESSOS (I+II)	26.164.820	23.714.173	(8,37)
Receita Orçamentária (I)	15.545.755	14.251.961	(8,32)
Recebimentos Extraorçamentários (II)	10.619.065	9.462.212	(10,89)
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	3.654.144	3.581.997	(1,97)
DISPÊNDIOS (III+IV)	26.236.967	23.771.911	(9,40)
Despesa Orçamentária (III)	15.565.294	14.477.492	(6,99)
Pagamentos Extraorçamentários (IV)	10.671.673	9.294.419	(12,91)
SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	3.581.997	3.524.258	(1,61)
RESULTADO FINANCEIRO ((I+II) - (III+IV))	(72.147)	(57.739)	(19,97)

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

Nota: Receita e Despesa orçamentárias estão incluídas as intraorçamentárias

Gráfico 21
Demonstrativo da Síntese do Fluxo de Caixa





4.3 Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa foi elaborada em conformidade com a NBC T 16.6 (R1) – Demonstrações Contábeis, aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC em suas resoluções e Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, 6ª edição, 2ª republicação. Esta Demonstração permite a análise da capacidade de o Estado gerar caixa e equivalentes de caixa para manutenção do regular financiamento dos serviços públicos.

No exercício de 2015, o resultado de caixa e equivalente de caixa foi negativo em R\$ 58 milhões, com variação nominal ante 2014 de R\$ 14 milhões, sendo R\$ 571 milhões de Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais, R\$ 578 milhões negativos de Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento e R\$ 50 milhões negativos de Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento.

Tabela 29
Demonstrativo de Fluxo de Caixa

TÍTULOS	2014	2015	R\$ Mil VAR. %
LÍQUIDO DE FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	261.038	570.710	118,63
Ingressos	23.632.309	22.740.413	(3,77)
Dispêndios	23.371.271	22.169.703	(5,14)
LÍQUIDO DE FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(1.449.945)	(578.027)	(60,13)
Ingressos	226.977	107.643	(52,58)
Dispêndios	1.676.922	685.671	(59,11)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	1.116.760	-50.422	(104,51)
Ingressos	1.447.819	338.679	(76,61)
Dispêndios	331.060	389.101	17,53
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(72.147)	(57.739)	(19,97)
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	3.654.144	3.581.997	(1,97)
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	3.581.997	3.524.258	(1,61)

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI



4.4 Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial é uma demonstração contábil evidenciada pelas seções de ativo (bens e direitos) e passivo (obrigações), indicando a situação patrimonial líquida do Estado.

A NBC T – 16.2, Patrimônio e Sistemas Contábeis, aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC em suas resoluções, definiu cada um dos elementos que compõem o Balanço Patrimonial.

*“**Ativo** são recursos controlados pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que resultem para a entidade benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços;*

*“**Passivo** são obrigações presentes da entidade, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidade saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços;*

*“**Patrimônio Líquido** é o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos seus passivos.”*

O Patrimônio líquido (diferença entre o somatório do ativo e passivo real) foi de R\$ 4,187 bilhões no exercício de 2015, conforme apresentamos na tabela 30.

O recurso para abertura de créditos suplementares e especiais no exercício seguinte ao da apuração é representado pelo “superávit financeiro” obtido pela diferença entre o ativo financeiro e passivo financeiro, que resultou em R\$ 2,279 bilhões, sendo R\$ 1,515 bilhão superávit financeiro do AMAZONPREV e R\$ 764 milhões dos demais órgãos do estado, incluindo os poderes, conforme apresentado no anexo 14.

No Ativo Circulante destacamos o grupo Caixa ou Equivalente de Caixa com R\$ 1,955 bilhão em 2015 e R\$ 3,582 bilhões em 2014, com variação negativa de 45,43%, esta redução representa a saída do grupo caixa para aplicações a curto prazo realizada pela AMAZONPREV.



O valor de R\$ 7,723 bilhões, representado pelo Imobilizado no anexo 14 - Balanço Patrimonial de 2015, no nosso entendimento não reflete a realidade, tendo em vista que os Bens Móveis e Imóveis foram registrados pelos valores correntes da época de aquisição ou construção. Em nossa análise, faz-se necessária uma reavaliação do Imobilizado do Estado para atualização dos registros, apesar de alguns órgãos já procederem a correção dos bens, estes não são ainda de valores significativos em relação ao total.

Tabela 30
Demonstrativo do Balanço Patrimonial

FONTE	2014	2015	R\$ Mil VAR. %
ATIVO CIRCULANTE	4.479.926	4.237.705	(5,41)
Caixa e Equivalente de Caixa	3.581.997	1.954.833	(45,43)
Créditos a Curto Prazo	494.154	335.398	(32,13)
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	14.260	142.580	899,83
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	1.507.059	0,00
Estoques	389.316	270.285	(30,57)
VPD Pagas Antecipadamente	199	27.550	13.757,83
ATIVO NÃO CIRCULANTE	8.765.036	9.940.870	13,42
Realizável a Longo Prazo	547.325	1.062.901	94,20
Investimentos	1.086.683	1.146.552	5,51
Imobilizado	7.126.636	7.723.490	8,37
Intangível	4.392	7.927	80,49
TOTAL DO ATIVO (I)	13.244.962	14.178.574	7,05
PASSIVO CIRCULANTE	715.839	963.836	34,64
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	7.358.697	9.027.627	22,68
TOTAL DO PASSIVO (II)	8.074.536	9.991.463	23,74
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (III) = (I-II)	5.170.426	4.187.111	(19,02)

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

4.4.1 Resultado do Patrimônio Líquido

O Estado apresentou em 2015 um Patrimônio Líquido acumulado de R\$ 4,187 bilhões, com uma variação negativa ante 2014 de 19,02% ou R\$ 983 milhões, houve ajustes de exercícios anteriores no valor de R\$ 532 milhões negativos e ajustes de avaliação patrimonial no valor de R\$ 6 milhões. O resultado negativo apresentado nos exercícios de 2014 e 2015, deve-se basicamente a contabilização, em 2014, de Provisão para



Ajustes e Perdas de Dívida Ativa, no valor de R\$ 2,699 bilhões e atualizada em 2015 para R\$ 3,636 bilhões, em atendimento às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, NBC T 16, conforme demonstramos na tabela 31.

Tabela 31
Patrimônio Líquido

EXERCÍCIO	R\$ Mil				VAR. %
	RESULTADO DO EXERCÍCIO	AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	SALDO PATRIMONIAL ACUMULADO	
2011	581.350			4.332.972	15,50
2012	1.195.078			5.528.051	27,58
2013	312.328			5.840.379	5,65
2014	(556.990)	(115.681)	2.717	5.170.426	(11,47)
2015	(457.149)	(532.109)	5.944	4.187.111	(19,02)

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

No gráfico 22, demonstramos a evolução do Patrimônio Líquido, evidenciando os resultados nos últimos cinco exercícios.



4.5 Variações Patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais, conforme dispõe a Lei Federal nº 4.320/64 evidencia as alterações ocorridas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, abrange as alterações positivas e negativas ocorridas no patrimônio.



Segundo o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - STN, a Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as variações quantitativas e qualitativas. As variações quantitativas decorrem de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido. Já as qualitativas são provenientes de transações que alteram a composição patrimonial sem afetar o patrimônio líquido.

O resultado patrimonial é apurado através da diferença entre os somatórios das variações patrimoniais aumentativas e diminutivas. No exercício de 2015, foi apurado um resultado negativo de R\$ 457 milhões, conforme demonstrado na tabela 32, este resultado deve-se basicamente a contabilização, em 2014, de Provisão para Ajustes e Perdas de Dívida Ativa, sendo atualizada, em 2015, para R\$ 3,636 bilhões, o que influenciou diretamente no resultado negativo dos dois últimos exercícios.

Tabela 32
Demonstrativo das Variações Patrimoniais

TÍTULO	2014	2015	PERC. %
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	17.172.212	20.842.921	21,38
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	7.829.197	8.462.875	8,09
Contribuições	1.983.356	2.520.391	27,08
Exploração e Vendas de Bens, Serviços e Direitos	201.465	225.305	11,83
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	726.539	820.174	12,89
Transferências e Delegações Recebidas	4.223.303	4.557.209	7,91
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivo	1.408.366	1.164.961	(17,28)
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	799.985	3.092.005	286,51
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	17.729.201	21.300.070	20,14
Pessoal e Encargos	4.707.979	4.641.073	(1,42)
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	1.319.095	1.462.622	10,88
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	2.976.940	3.187.498	7,07
Variações Patrimoniais diminutivas Financeiras	790.614	1.644.911	108,05
Transferências e Delegações Concedidas	2.827.447	3.857.128	36,42
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	2.823.062	2.067.948	(26,75)
Tributárias	114.184	107.362	(5,97)
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	2.169.880	4.331.527	99,62
RESULTADO PATRIMONIAL	(556.990)	(457.149)	(17,93)

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI



4.6 Depreciação do Imobilizado

A depreciação dos Bens Móveis foi implementada observando a NBC T 16.9 - Depreciação, Amortização e Exaustão, aprovada pela Resolução CFC nº. 1.136/08 e da macrofunção 020330, editada pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, adotada pelo Estado como metodologia de cálculo seguindo o método linear de cotas constantes que considera a Vida Útil e Valor Residual de cada bem. Na Fundação AMAZONPREV, a depreciação dos bens móveis segue o método de taxas fiscais (Tabela da Receita Federal) e para os Bens Imóveis a metodologia linear de cotas constantes definida pelo Ministério da Previdência Social.

O procedimento foi aplicado inicialmente na Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ para os bens móveis adquiridos e/ou incorporados no exercício de 2010, a partir de 2011 os órgãos foram aderindo ao procedimento de depreciação gradativamente, considerando o ponto de corte, o exercício de adesão de cada órgão. Até 2015 foram incluídos 51 (Cinquenta e uma) Unidades Gestoras, totalizando uma depreciação acumulada de R\$ 40 milhões, sendo R\$ 39 milhões para os Bens Móveis, R\$ 1 milhão para os Bens Imóveis e R\$ 22 mil de Intangíveis, conforme demonstrados na tabela 33.

Tabela 33
Depreciação de Bens Móveis e Imóveis

DEPRECIÇÃO	DEPRECIÇÃO / AMORTIZAÇÃO ACUMULADA ATÉ 2014	DEPRECIÇÃO / AMORTIZAÇÃO ACUMULADA ATÉ 2015
Bens Móveis	10.414	38.589
Bens Imóveis	806	1.042
Intangível	-	22
TOTAL	11.220	39.653

Fonte: Sistema de Administração de Bens Patrimoniais - ABP/SEFAZ, AJURI/ SEAD e AMAZONPREV

5. BALANÇOS DAS EMPRESAS PÚBLICAS

Demonstramos no quadro 04, em anexo, uma síntese dos balanços patrimoniais das empresas públicas, apresentados até o fechamento deste relatório, com as respectivas participações percentuais do Estado no capital de cada empresa.



6 GESTÃO DA DÍVIDA

6.1 Dívida Ativa

Em 2015 foram inscritos em Dívida Ativa valores que totalizaram R\$ 687 milhões, representando 25,07% do saldo da Dívida Ativa em 31/12/2014, sendo R\$ 628 milhões tributário e R\$ 59 milhões não tributário. Os valores arrecadados no exercício foram de R\$ 109 milhões, representando 3,99% do saldo do estoque da dívida existente em 2014, sendo R\$ 108 milhões tributário e R\$ 1 milhão não tributário. Foram recuperados em adjudicações R\$ 10 milhões, os ajustes de exercícios anteriores foram de R\$ 453 milhões representando 16,53% do saldo de 2014, sendo R\$ 438 tributário e R\$ 15 milhões não tributário.

Ocorreram, ainda, baixa de Certificados de Dívida Ativa–CDA no valor total de R\$ 44 milhões, representando 1,62 % do saldo da dívida de 2014, sendo R\$ 44 milhões tributário e R\$ 579 mil não tributário. O saldo final do estoque da dívida em 2015 foi de R\$ 3,718 bilhões, com acréscimo nominal de 35,63% ante 2014, sendo R\$ 3,531 bilhões tributário e R\$ 187 milhões não tributário, conforme demonstramos sinteticamente na tabela 34.

Tabela 34
Demonstrativo da Dívida Ativa

DÍVIDA ATIVA	TRIBUTÁRIO	NÃO TRIBUTÁRIO	TOTAL	R\$ Mil % sobre 2014
Saldo em 31/12/2014	2.626.547	115.069	2.741.617	
(+) Inscrições em 2015	627.699	59.566	687.265	25,07
(+) Ajustes de Exercícios Anteriores	438.116	15.095	453.211	16,53
(-) Arrecadação da Dívida Ativa em 2015	107.905	1.581	109.486	3,99
(-) Valores Recuperados por Adjudicações	9.685	-	9.685	0,35
(-) Baixa de CDA's em 2015	43.937	579	44.517	1,62
Saldo em 31/12/2015	3.530.834	187.570	3.718.404	35,63

Fonte: Secretaria Executiva da Receita

6.2 Dívida Pública

Constituem a dívida pública do Estado: a Dívida Fundada ou consolidada (interna e externa) e a Dívida Flutuante ou administrativa, enquanto estas são os compromissos de



curto prazo representando 15,83% do total, aquelas são compostas por obrigações de médio e longo prazo e representam 84,17% desse total, sendo oriunda de contratos dentre os quais destacamos: os contratos no âmbito dos programas, PROSAMIM, Abastecimento de Águas de Manaus, Pró-moradia, Projeto Minha Casa Minha Vida, Construção da Arena da Amazônia, Cobertura da Arena da Amazônia, Projeto Avenida das Torres com AM 010, Programa Sócio Ambiental dos Igarapés de Manaus, PROINFRA, PROCONFIS (BID e BIRD), Programa de Aceleração do Desenvolvimento da Educação do Amazonas – PADEAM, PROINVEST, Projeto Duplicação da AM 070 - Manaus – Manacapuru, PROSAIMAUÉS e dívidas refinanciadas com a União.

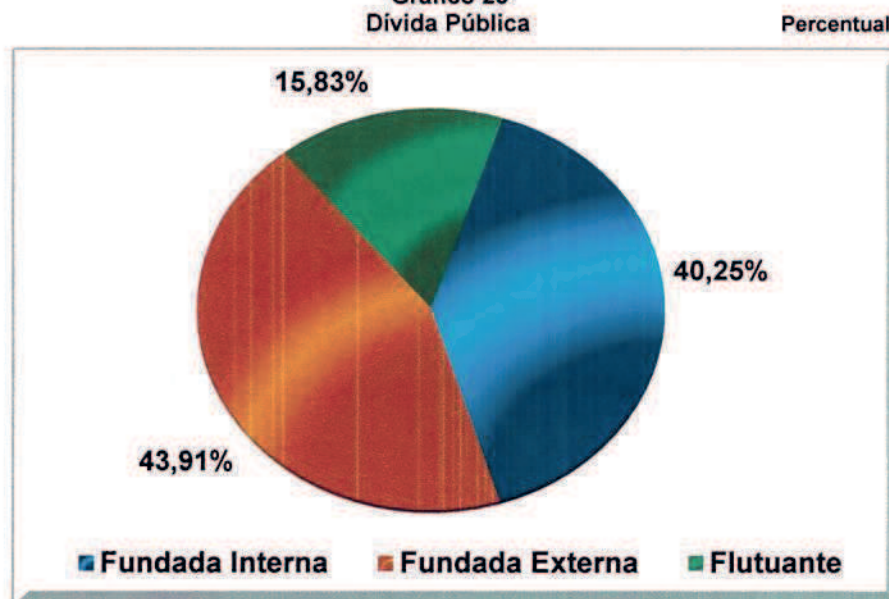
A dívida pública no Estado do Amazonas apresentou um saldo, em 31/12/2015, de R\$ 8,206 bilhões, com variação ante 2014 de 14,61%, conforme demonstramos, sinteticamente, na tabela 35 e Gráfico 23.

Tabela 35
Dívida Pública

DÍVIDA	Valor		R\$ Mil	
	2014	2015	PART.	VAR.
Fundada Interna	3.194.766	3.303.259	40,25	3,40
Fundada Externa	2.584.946	3.603.655	43,91	39,41
Flutuante	1.380.013	1.299.074	15,83	(5,87)
TOTAL	7.159.725	8.205.987	100,00	14,61

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

Gráfico 23
Dívida Pública





A dívida fundada total de R\$ 6,907 bilhões, representa 31,40% do limite global de 2(duas) vezes a receita corrente líquida que em 2015 totalizou R\$ 21.998 bilhões, estabelecido pela Resolução do Senado Federal nº 40 art. 3º inciso I, deixando o Estado bastante confortável em relação à legislação, com referência ao grau de endividamento total.

No exercício financeiro de 2015, houve um acréscimo nominal de 19,50% no total do estoque da Dívida Fundada, em relação ao exercício de 2014. Esse fato é reflexo, principalmente, das operações de crédito recebidas em 2015 que totalizaram R\$ 206 milhões, com variação cambial no exercício de 47,01%, conforme tabela 36 e gráfico 24.

Tabela 36
Comparativo da Dívida Fundada X Receita Corrente Líquida

DÍVIDA	2011	2012	2013	2014	2015
Interna	2.450.158	2.821.061	3.013.147	3.194.766	3.303.259
Externa	852.032	1.056.912	1.654.316	2.584.946	3.603.655
TOTAL	3.302.190	3.877.973	4.667.463	5.779.712	6.906.914
RCL do Exercício	8.515.352	9.655.316	10.329.762	11.039.956	10.998.994
Div. Fundada / RCL (%)	38,78	40,16	45,18	52,35	62,88

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

Gráfico 24
Evolução do Estoque da Dívida





6.3 Dívida Flutuante

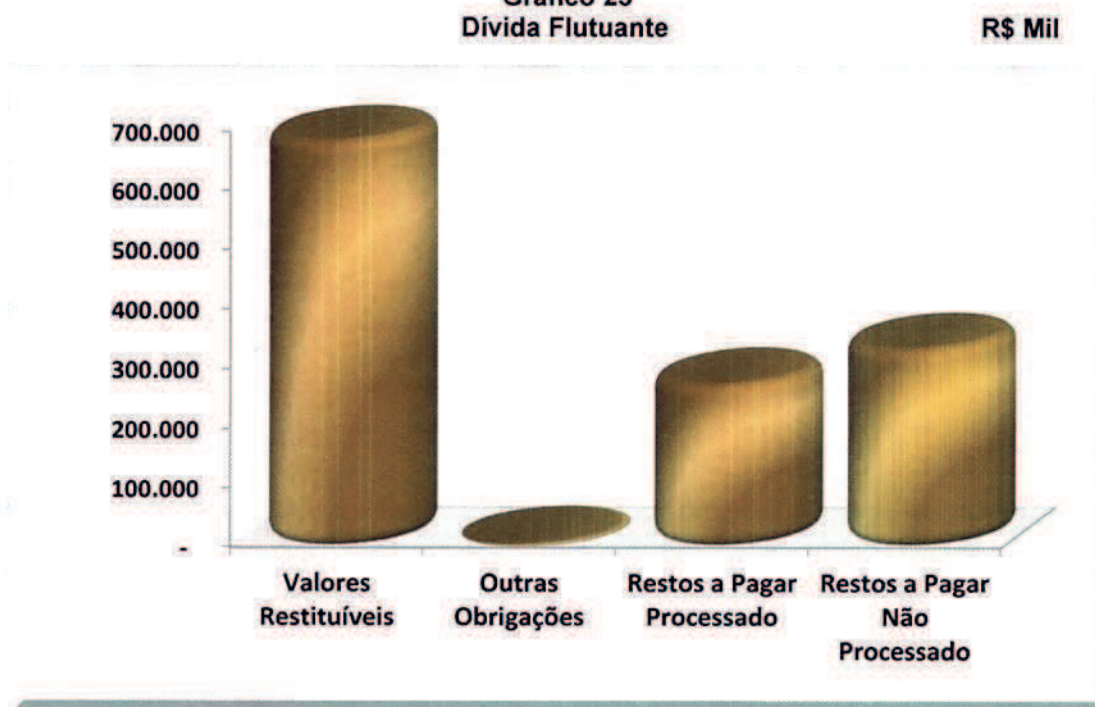
A Dívida Flutuante ou Administrativa totalizou R\$ 1,299 bilhão, destacam-se os grupos Valores Restituíveis que representa os saldos de Consignações, Garantias, Depósitos Judiciais e não Judiciais, com participação de 52,74% do total, os Restos a Pagar não Processados com 25,71% e os Restos a Pagar Processados com 21,18%, conforme tabela 37 e gráfico 25.

Tabela 37
Demonstrativo da Dívida Flutuante

FONTE	VALOR	PART. %
Valores Restituíveis	685.130	52,74
Outras Obrigações	4.806	0,37
Restos a Pagar Processado	275.124	21,18
Restos a Pagar Não Processado	334.014	25,71
TOTAL	1.299.074	100,00

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

Gráfico 25
Dívida Flutuante





7 GESTÃO FISCAL

7.1 Gastos com Pessoal

Em cumprimento ao Art. 169 da Constituição Federal e Art. 19, inciso II, da Lei Complementar nº 101/2000, a despesa total com pessoal para o Estado, em cada período de apuração, não poderá exceder a 60% da Receita Corrente Líquida – RCL.

Esse percentual é repartido entre os poderes, conforme Art. 20, inciso II da LRF em: 3% para o Legislativo, 6% para o Judiciário, 49% para o Executivo e 2% para o Ministério Público.

De acordo com a Lei de Diretrizes Orçamentária nº 4.064 de 29 de julho de 2014, Art.10, Parágrafo 2º, Inciso I, ficou definido a repartição para o Poder Legislativo da seguinte forma: 1,57% para Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas e 1,43% para o Tribunal de Contas do Estado do Amazonas.

A RCL é apurada de acordo com o Art. 2º e inciso IV da Lei Complementar nº 101/2000, e compreende o total das receitas correntes da administração direta e indireta, deduzidas as participações constitucionais e legais dos Municípios e as deduções para formação do FUNDEB e das contribuições previdenciárias.

O Estado do Amazonas, em 2015, apurou uma despesa líquida total com pessoal de 56,01% em relação à receita corrente líquida – RCL, cabendo ao Poder Executivo 47,98%, ao Poder Legislativo 2,65%, ao Poder Judiciário 3,81% e ao Ministério Público 1,57%, conforme demonstrado na tabela 38.



Tabela 38
Demonstrativo de Gastos com Pessoal

DESPESAS DE PESSOAL	R\$ Mil	
	Últimos 12 meses	% Desp. s/ RCL
PODER EXECUTIVO (I)	5.277.716	47,98
Pessoal Ativo	4.141.025	37,65
Pessoal Inativo e Pensionista	1.279.805	11,64
Outras Despesas de Pessoal (artigo 18, § 1º da LRF)	366.470	3,33
(-) Decorrentes de decisão Judicial	26.753	0,24
(-) Despesas de Exercícios Anteriores	6.358	0,06
(-) Indenizações por Demissão	1.276	0,01
(-) Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	475.197	4,32
PODER LEGISLATIVO (II)	291.420	2,65
Assembléia Legislativa - ALE	151.733	1,38
Tribunal de Contas do Estado do Amazonas - TCE	139.687	1,27
PODER JUDICIÁRIO (III)	418.804	3,81
Tribunal de Justiça	418.804	3,81
MINISTÉRIO PÚBLICO (IV)	173.122	1,57
Procuradoria Geral de Justiça	173.122	1,57
DESPESA LÍQUIDA DE PESSOAL TOTAL (I+II+III+IV)	6.161.062	56,01
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL	10.998.994	
LIMITE MÁXIMO (60% da RCL)	6.599.397	
LIMITE PRUDENCIAL (95% do Limite Máximo)	6.269.427	

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI
Valores calculados e publicado por cada Poder

Demonstramos, na tabela 39 e gráfico 26, a evolução anual da relação dos Gastos com Pessoal x Receita Corrente Líquida – RCL, no período de 2011 a 2015, observa-se que o Estado se mantém dentro do limite da LRF, com aumento em relação a 2011 de 11,55%.

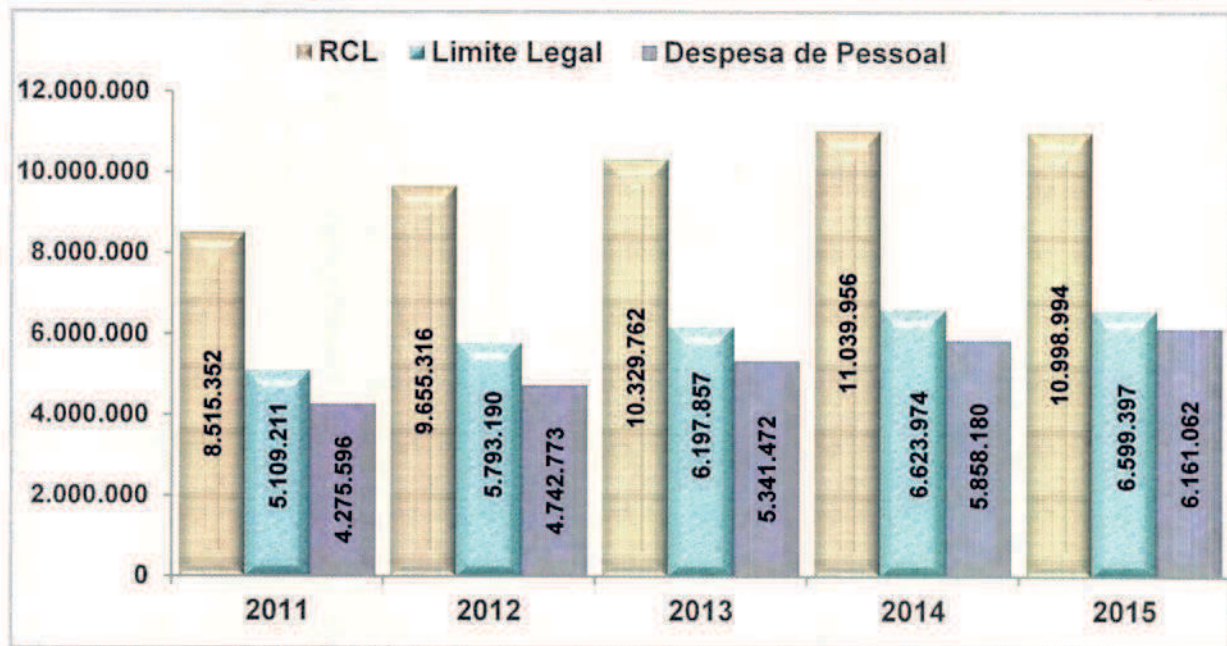
Tabela 39
Evolução Anual de Gastos com Pessoal x RCL – 2011 a 2015

ESPECIFICAÇÃO	R\$ Mil				
	2011	2012	2013	2014	2015
RCL	8.515.352	9.655.316	10.329.762	11.039.956	10.998.994
Despesa de Pessoal	4.275.596	4.742.773	5.341.472	5.858.180	6.161.062
Limite Legal (60% s/ RCL)	5.109.211	5.793.190	6.197.857	6.623.974	6.599.397
% Relação Pessoal/RCL	50,21	49,12	51,71	53,06	56,01

Fonte: Secretaria Executiva do Tesouro



Gráfico 26
Evolução Anual de Gastos com Pessoal x RCL – 2011 a 2015 R\$ Mil



7.2 Aplicação na Educação

Quanto à aplicação na educação, a Constituição Federal prevê em seu art. 212 que o “Estado aplicará anualmente 25%, no mínimo, das receitas resultantes de Impostos, compreendida a proveniente de transferências, deduzidas as participações constitucionais e legais dos Municípios, na manutenção e desenvolvimento do ensino”.

Em cumprimento a esta determinação legal e ao conceito ali existente, o Estado do Amazonas aplicou, no exercício de 2015, na manutenção e desenvolvimento do ensino, o valor de R\$ 2,125 bilhões, correspondente a 25,09% da receita de impostos e transferências, conforme definição constitucional.

Na tabela 40, demonstramos, sinteticamente, as receitas e o montante aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino, com aplicação superior ao limite mínimo estabelecido legalmente, em R\$ 7,596 milhões.



Tabela 40
Demonstrativo de Aplicação na Educação (conforme Constituição Federal) R\$ Mil

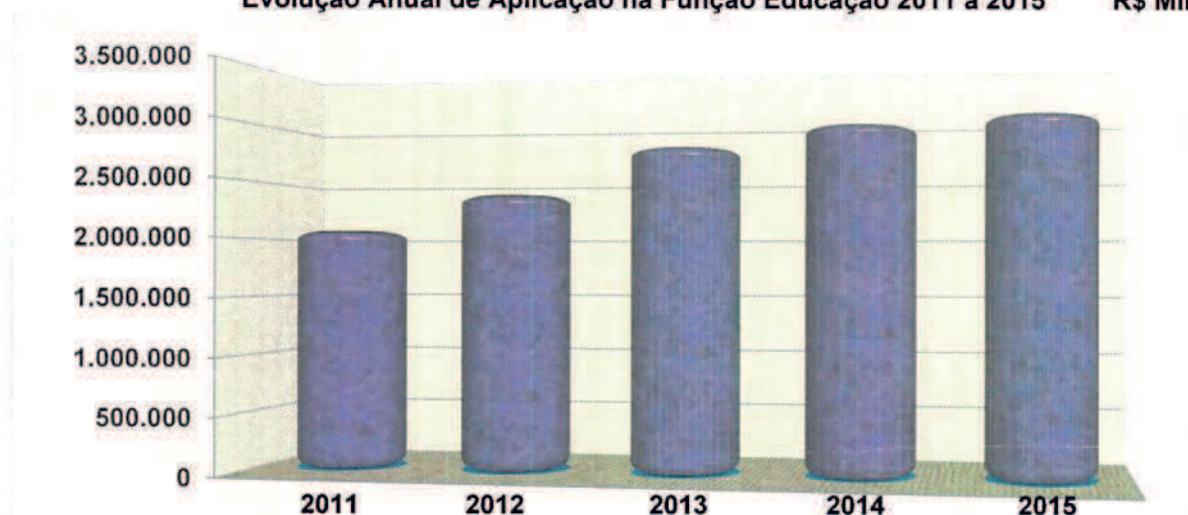
ESPECIFICAÇÃO		VALOR
RECEITAS		
1. Receita de Impostos		8.319.372
2. Receita de Transferências Constitucionais e Legais		2.183.888
3. (-) Dedução das Transferências Constitucionais e Legais		2.033.763
4. TOTAL (1+2-3)		8.469.498
5. VALOR MÍNIMO A APLICAR (25% do 4)	25,00%	2.117.374
6. VALOR APLICADO	25,09%	2.124.971
7. DIFERENÇA (6-5)	0,09%	7.596

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

No entanto, se considerarmos a aplicação de todas as fontes da função educação, que totalizou R\$ 2,445 bilhões, acrescido do valor do FUNDEB redistribuído aos municípios de R\$ 576 milhões, teremos uma aplicação total de R\$ 3,021 bilhões, ou seja, R\$ 896 milhões a mais do valor aplicado, conforme tabela 40 acima.

Demonstramos, no gráfico 27, a evolução anual da aplicação na função educação, no período de 2011 a 2015, considerando o total da função Educação mais a redistribuição aos municípios do FUNDEB.

Gráfico 27
Evolução Anual de Aplicação na Função Educação 2011 a 2015 R\$ Mil



Nota: Considerando a redistribuição aos Municípios



Em 2015, as vinculações das receitas arrecadadas no Estado para o FUNDEB foram maiores que o retorno do fundo, sendo redistribuídos com os 62 Municípios do Amazonas, a diferença entre a contribuição e o retorno que foi de R\$ 576 milhões, ou seja, 36,21% do total vinculado, conforme demonstramos na tabela 41, por fonte.

Tabela 41
Demonstrativo das Receitas Vinculadas por Tributo-FUNDEB

FONTE	REPASSE	RATEIO	PART. %	DIFERENÇA	R\$ Mil % DIF./REP.
	(A)	(B)		(A-B)	
ICMS E ACESSÓRIAS	1.123.683	677.617	66,78	446.066	39,70
IPVA E ACESSÓRIAS	30.301	27.594	2,72	2.707	8,93
ITCMD E ACESSÓRIAS	1.823	898	0,09	925	50,74
ITR	0	109	0,01	-109	-
FPE	426.273	192.588	18,98	233.685	54,82
FPM	0	110.649	10,91	-110.649	-
IPI	5.662	3.411	0,34	2.251	39,76
Lei Kandir	2.948	1.776	0,18	1.172	39,76
TOTAL	1.590.690	1.014.642	100,00	576.048	36,21

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

7.3 Aplicação na Saúde

De acordo com o Art. 77 inciso II e parágrafo 4º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, os estados aplicarão anualmente, no mínimo, 12% do produto da arrecadação de impostos e transferências, nas ações e serviços públicos de saúde. Em 2015, o Estado do Amazonas, aplicou R\$ 1,760 bilhão, ou 20,78%, excedendo em R\$ 744 milhões o mínimo estabelecido, conforme demonstramos, sinteticamente, na tabela 42.



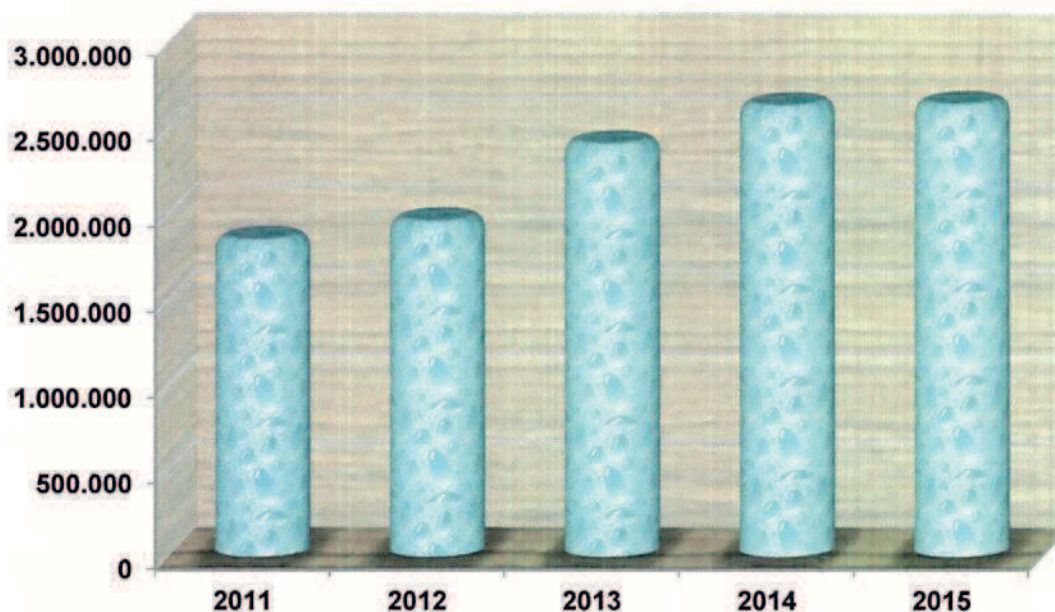
Tabela 42
Demonstrativo de Aplicação na Saúde (conforme Constituição Federal) R\$ Mil

ESPECIFICAÇÃO		VALOR
RECEITAS		
1. Receitas de Impostos		8.319.372
2. Transferências da União		2.183.851
3. (-) Dedução das Transferências Constitucionais e Legais		2.033.763
4. Total (1+2-3)		8.469.461
5. VALOR MÍNIMO A APLICAR (12% DO 4)	12,00%	1.016.335
6. TOTAL APLICADO	20,78%	1.760.025
7. DIFERENÇA (6-5)	8,78%	743.690

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

Se considerarmos o valor total da função Saúde em 2015, teremos que o Estado aplicou nas ações de saúde R\$ 2,637 bilhões, R\$ 877 milhões a mais que o valor aplicado, conforme conceito constitucional. No gráfico 28 demonstramos a evolução anual da aplicação na função saúde, pelo Estado, no período de 2011 a 2015.

Gráfico 28
Demonstrativo de Aplicação na Função Saúde- 2011 a 2015 R\$ Mil





8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo primordial deste relatório é o de subsidiar o processo de avaliação e desempenho das finanças públicas do Estado do Amazonas, através da demonstração dos resultados alcançados no exercício de 2015. Acreditamos que, dessa forma, estaremos contribuindo para uma gestão transparente e fidedigna das contas do Estado, que tem na Responsabilidade Fiscal uma de suas premissas básicas.

Diante da missão de subsidiar os nossos gestores por meio de informações confiáveis, ainda nos restam muitos objetivos a serem alcançados e melhorias a serem implementadas. Ressaltamos que, apesar de todas as dificuldades, nossa equipe técnica tem sido incansável na busca por um constante aprimoramento das informações prestadas.

Dentre os esforços já realizados, podemos citar a convergência do Sistema AFI às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público que tornou possível gerar os Balanços dos órgãos e o consolidado do Estado, além das constantes melhorias que auxiliam os Gestores e ao próprio Governo no registro dos atos e fatos da administração. Isso tem resultado na maior publicidade das informações por meio do Portal da Transparência do Governo do Amazonas.

Nossos agradecimentos, primeiramente a Deus, pelo dom da vida, pela saúde e pela oportunidade de realização deste trabalho. Agradecemos também ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado e ao Senhor Secretário da Fazenda, pelo apoio e confiança dispensados a nossa equipe.

A toda equipe da Secretaria do Tesouro a nossa gratidão pelo empenho, dedicação e profissionalismo demonstrados no cumprimento de nossa missão. Agradecemos, de forma especial, ao Departamento de Contabilidade Pública, a Gerência de Contabilidade, ao Grupo Técnico de Procedimentos Contábeis e a Equipe de Tecnologia da Informação do AFI que, com muita competência, atuaram de forma direta na elaboração do Balanço Geral do Estado e na implementação das novas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. Agradecemos, ainda, ao Departamento de Tecnologia da




Informação-DETIN, aos demais setores da SEFAZ e aos diversos órgãos da administração direta e indireta pela colaboração dispensada ao longo do exercício de 2015.

Agradecimento fraterno à equipe da Comissão Permanente das Contas do Governo, do Tribunal de Contas do Estado e Controladoria Geral do Estado pela parceria na busca de soluções técnicas, objetivando a transparência nos registros dos atos e fatos no trato da coisa pública. Enfim, a todos que contribuíram direta ou indiretamente para cumprimento do dever de tornar público o Balanço Geral do Estado, obrigado.

Manaus, 30 de março de 2016.


Edson Theophilo Ramos Pará
Secretário Executivo do Tesouro


Maria da Conceição Guerreiro da Silva
Diretora do Departamento de Contabilidade
CRC N° 07984/AM